MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DED

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG

POLO EAD/UAB LEOPOLDINA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA - GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – MODALIDADE A DISTÂNCIA

(Aprovado pela RESOLUÇÃO COEPE/ UEMG Nº 449, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023)

LEOPOLDINA- MG

2026

Estrutura administrativa da UEMG

REITORA
Lavínia Rosa Rodrigues

VICE-REITOR
Thiago Torres Costa Pereira

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
Patrícia Maria Caetano de Araujó

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
Vanesca Korasaki

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Moacyr Laterza Filho

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
Silvia Cunha Capanema

DIRETOR ACADÊMICO DA UNIDADE LEOPOLDINA
Elizabete Ramalho Procopio

VICE-DIRETORA
Jardel Costa Pereira

Equipe de elaboração:
Dora Deise Stephan Moreira
Giselle Braga de Aquino
José Edelberto Araújo de Oliveira
Robert Delano de Souza Correa
Rodrigo Fialho Silva

Dados de Identificação do Curso

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

j**Modalidade de curso:** Superior em Tecnologia

Modalidade de ensino: EaD

Total de créditos para integralização do curso: 107 (cento e sete)

Carga Horária total: 1.605 horas-relógio **1.926** horas aula

Prazo de integralização: Mínimo: 4 (quatro) semestres / 2 (dois) anos

Máximo: 6 (seis) semestres / 3 (três) anos

Semanas letivas semanais: 18 (dezoito) semanas por semestre letivo.

Regime de ingresso: Convênio CAPES/UAB

Processo seletivo: Vestibular

Eixo tecnológico: Gestão e Negócios

Oferta de vagas: 100 vagas distribuídas entre os Pólos.

Unidade responsável: Unidade Leopoldina

Local de funcionamento: Polo UAB/EaD/UEMG, - Leopoldina, Rua Castro Alves, s/n, fundos Polivalente, Maria Guimarães França, Leopoldina, MG, CEP: 36.704.136

Polos: Conselheiro Lafaiete, Durandé, Ibirité, Jaboticatubas e Três Marias.

Início de Funcionamento: 2026

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO 6

1.1 A Universidade Do Estado De Minas Gerais 6

1.2 Legislação 7

2. A UNIDADE ACADÊMICA DE LEOPOLDINA 9

3. JUSTIFICATIVA 9

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DO CURSO 12

5. OBJETIVOS DO CURSO 13

5.1 Objetivo Geral 13

5.2 Objetivos Específicos 13

6. REGIME DE MATRÍCULA 14

7. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 14

8. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 15

8.1 Rede Comunicacional 15

8.2 Produção de Material Didático 15

8.3 Monitoramento do Percurso do Discente 16

8.4 Competências e Habilidades 16

8.5 Competências Específicas e Habilidades do Egresso 17

8.6 Inserção Social e Profissional 17

9. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 18

10. METODOLOGIA DE ENSINO 20

11. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DISCENTE 21

12. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 22

12.1 Atendimento ao discente 23

13. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE 23

14. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – (CPA) 24

15. MONITORIA ACADÊMICA 24

16. COLEGIADO DE CURSO 24

17. INFRAESTRUTURA 25

17.1 Cessão de Uso 26

18. BIBLIOTECA 27

19. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 27

20. MATRIZ CURRICULAR 28

20.1 Projeto Interdisciplinar 32

21. ATIVIDADES DE EXTENSÃO 35

22. EMENTÁRIO 35

23. REFERÊNCIAS 68

ANEXO ÚNICO - REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DOS CURSOS SUPERIORES PRESENCIAIS DA UEMG/LEOPOLDINA 72

1. HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO

1.1 A Universidade do Estado de Minas Gerais

Uma análise dos 36 anos de criação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, permite afirmar que ela representa, hoje, uma alternativa concreta e rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população que vive e produz neste Estado, pois sua vocação tem sido a de ser agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, por meio da realização do tripé ensino, pesquisa e extensão, e na formatação e implementação de ações de desenvolvimento local e regional, por meio da Graduação de Pós-graduação.

Para se firmar no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo multicampi, se constituindo não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também como força política e social para o desenvolvimento regional. A Universidade apresenta uma configuração ao mesmo tempo global e regional. Ela se diferencia das demais pelo seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com diversas regiões mineiras nas quais se insere em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT" da Constituição do Estado de Minas Gerais e a sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, que a definiu como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em Belo Horizonte, com autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, incluída a gestão financeira e patrimonial; ela está vinculada à Secretaria de Educação– Subsecretaria de Ensino Superior, conforme reforma do Governo de Minas Gerais realizada em 2019.

O Campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida pela mesma Lei nº 11.539/1994, que autorizou a incorporação à UEMG da Fundação Mineira de Arte Aleijadinho – FUMA, hoje transformada em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard e o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, que foi transformado na Faculdade de Educação. Compõe o Campus Belo Horizonte ainda, a Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios, criada pela Resolução CONUN/UEMG Nº 78, de 10 de setembro de 2005, com

vistas a contribuir para a consolidação do compromisso da UEMG relativo ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e, para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

No interior de Minas Gerais, a UEMG realizou, em convênio com prefeituras municipais, a instalação do curso de Pedagogia fora de sede em Poços de Caldas e das Unidades Acadêmicas em Barbacena, Frutal, João Monlevade, Cláudio, Leopoldina e Ubá, com a oferta de cursos que buscam contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos, os quais reflitam os problemas, as potencialidades e as peculiaridades de diferentes regiões do Estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional.

Mais recentemente, por meio da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG, de que trata o inciso I do § 2° do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Educacional de Carangola, na cidade de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos, na cidade de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba, no município de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, em Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis, na cidade de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, no município de Ibirité.

Após finalizado o processo de estadualização, a UEMG assumiu posição de destaque no cenário educacional do Estado, com 22 unidades presentes em 19 cidades, com 22.000 discentes, 27 cursos de especialização, 05 cursos de doutorados, 12 cursos de mestrados e 22 polos de apoio presencial EaD/UAB/UEMG, comprometida com sua missão de promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado de Minas Gerais.

Em 2010, a Universidade realizou seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, através da Portaria nº 1.369 de 07 de dezembro de 2010, para oferta de cursos de Educação à Distância, consolidado com sua inserção na Universidade Aberta do Brasil – UAB, ofertando Cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Especialização na modalidade a distância.

1.2 Legislação

O Curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal, na modalidade EaD, vem ao encontro das necessidades de gestores locais e regionais, capacitados para exercitar a gestão na esfera local, regional e nacional. Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, principalmente nos Municípios, a Universidade do Estado de

Minas Gerais/UEMG – Unidade Leopoldina, oferece o Curso de Tecnologia em Gestão Pùblica Municipal com objetivo de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira, em geral, e mineira, em particular. O presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 10
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Decreto Estadual nº 46.352 de 25 de novembro de 2013, que estabelece o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais;
- Resolução CONUN/UEMG nº 374/2017, de 26 de outubro 2017, que estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais;
- LEI 23.197/2018, que institui o Plano Estadual de Educação – PEE, para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências;
- Resolução COEPE/UEMG nº 323, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMG.
- Parecer Técnico 290 (77425227) SEI 2350.01.0016379/2023-95 / pg. 2 meio das ementas dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso; Resolução CEE/MG nº 490, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- Resolução CEE/MG nº 482, de 08 de julho de 2021, que estabelece normas relativas à regulação do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências;
- Resolução CONUN/UEMG nº 453, de 3 de abril de 202, que dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Rede de Bibliotecas da Universidade do Estado e as Leis de acessibilidade, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 12.764/2012 e Lei nº 13.146/2015

2. A UNIDADE ACADÊMICA DE LEOPOLDINA

A Unidade está em funcionamento desde a sua criação em 2011, na Escola Estadual Sebastião Silva Coutinho (Polivalente), mediante Termo de Cessão de Uso celebrado entre a Prefeitura Municipal de Leopoldina e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e, hoje, com novo termo de cessão entre a UEMG e a Secretaria de Estado de Educação (por meio da Superintendência Regional de Ensino que tem sede em Leopoldina). Desenvolve Projetos de Pesquisa e Extensão, bem como o Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência – PIBID e o Programa Residência Pedagógica PRP, ambos pertencentes à CAPES.

Além do desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Extensão, durante o ano letivo também são realizados, na Unidade, eventos culturais e sociais, seminários de estudo e semanas comemorativas que contam com a participação dos alunos. Nessas ocasiões, Docentees e alunos divulgam as atividades do curso, envolvendo a comunidade acadêmica, bem como a sociedade local e regional. Ressalta-se, também, o funcionamento dos Grupos de Pesquisa certificados pelo CNPq, totalizando dois, a saber: Educação, Cultura e Imagem e Do Texto ao Contexto: Ensino, Política e Imprensa. Desde 2021, a Unidade Leopoldina abriga um Polo Associado à Universidade Aberta do Brasil – UAB, e possui uma turma do Curso de Bacharelado em Administração Pública e, em 2024, ofertará novamente o Curso, bem como o primeiro Curso de Pós-graduação em Gestão em Saúde, na mesma modalidade.

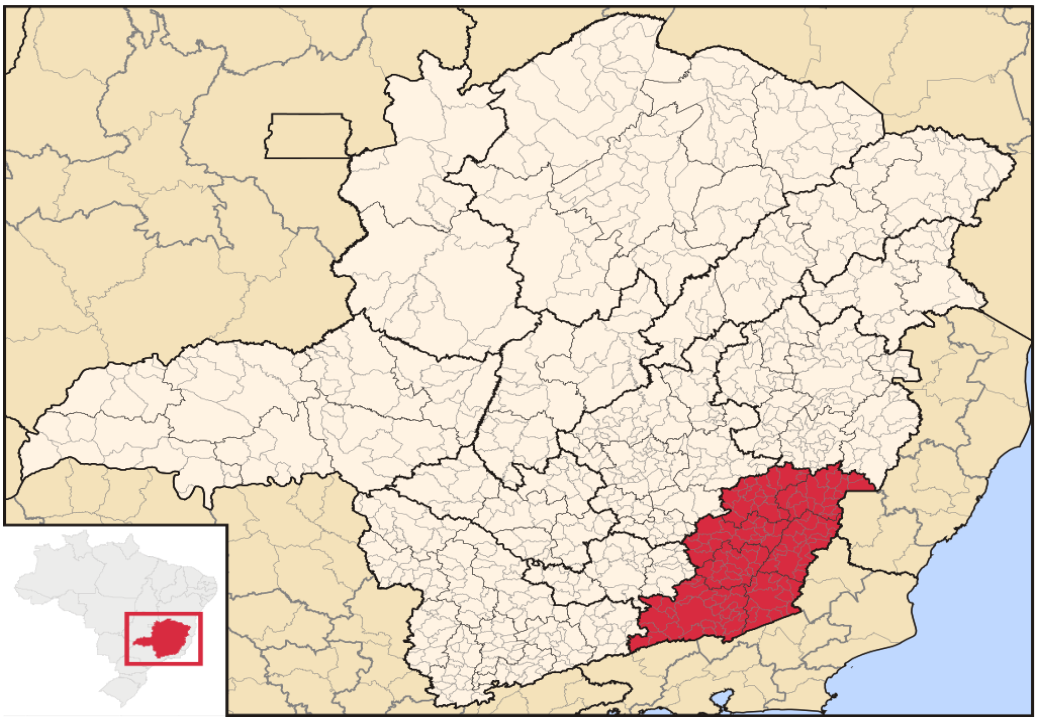
Os atuais estabelecimentos de ensino de Leopoldina contam com a significativa atuação dos (as) licenciandos (as) e licenciados (as) do Curso de Pedagogia da Unidade, por meio de estágios, contratos e efetivações, contribuindo com destacado papel para a promoção humana dos educandos (as) e com dezenas de Pedagogos formados. Atualmente a Unidade Acadêmica Leopoldina possui 10 (dez) Docentees efetivos, os quais, além do exercício da docência, ocupam cargos de gestão/coordenação e representação em órgãos colegiados e administrativos na instituição.

3. JUSTIFICATIVA

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância. Tem por objetivo sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil. Dessa maneira, essa política pública de ensino superior vem ao encontro da identidade regional

da UEMG, em contribuir para o desenvolvimento regional do Estado de Minas Gerais. O município de Leopoldina está localizado a 322 km de Belo Horizonte. É o segundo mais extenso da Zona da Mata mineira e conta com boa infraestrutura logística, sendo cortado por duas rodovias federais: a BR 116 e a BR 267. Como exemplos da presença da União no município, podemos citar o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET. No âmbito do governo estadual, temos a presença da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA (sede regional), a Delegacia Regional de Polícia, a Secretaria Regional de Saúde, a Fazenda Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, o Instituto Estadual de Florestas – IEF, o Conservatório Estadual de Música Lia Salgado e a Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina. A iniciativa privada está presente, principalmente, atraés da Cooperativa Agropecuária Região Leste Minas Gerais e Responsabilidade Ltda. – Cooperativa Leste. Também há que se registrar os centros de abastecimento das empresas BAHAMAS, BH, PIF-PAF e MARTMINAS.

O conjunto dessas instituições, nos níveis federal, estadual e municipal, contribui para consolidar o município de Leopoldina como um dos Polos regionais da UAB/UEMG da Zona da Mata mineiras, com destaque para a Prefeitura Municipal de Leopoldina. A região da Zona da Mata Mineira, composta por 143 municípios, incluindo Leopoldina que possui teve papel preponderante no desenvolvimento econômico, social e político de Minas Gerais e da Região Sudeste, o que justifica a relevância da implantação de uma Unidade Acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais no município, como indutor do desenvolvimento educacional e sociocultural, nos âmbitos local e microrregional.



https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Mata_Mineira#/media/Ficheiro:MinasGerais_Meso_ZonadaMata.svg. Acesso em 03/11/2023.

A Unidade Acadêmica de Leopoldina, por meio de seus Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração, ambos presenciais e o Bacharelado em Administração Pública e a Pós-graduação – Especialização em Gestão em Saúde, favorece a consolidação destas empresas, pois contribui com a formação de profissionais qualificados e competitivos para o trabalho. Vários profissionais, da região, que ocupam cargos de liderança e gerência nas empresas, bem como nas Prefeituras, necessitam de formação continuada na área de gestão pública na intenção de garantir direcionamentos formativos que abonem maior entendimento profissional acerca dos serviços públicos prestados à população que deve, democraticamente, participar das decisões, como propõe Ricardo Sant'Ana:

> Para que se possa participar do "fazer" da gestão da coisa pública de forma adequada, é necessário que se tenha acesso ao maior volume possível de dados sobre o planejamento, decisões e ações dos agentes públicos de forma rápida, simples e sem intermediação de elementos envolvidos diretamente com a administração pública, tornando, assim, esta interação mais próxima e reduzindo para o cidadão os custos desta interação. (SANT'ANA, 2009, p. 46)

Dessa forma, um curso tecnológico direcionado para gestão e negócios, no âmbito municipal, atenderá não só o município de Leopoldina, mas as prefeituras da Zona da Mata mineira e outras tantas, principalmente pelo caráter inovador - a modalidade a distância, que favorece um ensino mais amplo no que diz respeito ao público de Discente, abrangendo realidades de diferentes regiões e demandas específicas da administração pública, a partir de um ensino de qualidade para a formação de gestores qualificados diante de um tempo que requer cada vez mais agilidade em cumprir as demandas ou na tomada de decisões. Elizabete Ramalho Procópio observa que "A velocidade, uma característica desse tempo, manifesta-se também na rapidez com que passamos pelo conhecimento. Não utilizamos mais a memória como antes, pois temos a nossa disposição nossa maneira de lidar com a informação" (PROCÓPIO, 2017, p. 31). Outro fator que contribui para a oferta do Curso no Polo UAB/EaD/UEMG de Leopoldina, é a localização geográfica privilegiada. A cidade se encontra próxima aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, o que a torna um centro de referência e de estudos da área, fortalecendo o papel social da Universidade Pública. Cabe salientar, que o curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal, é um curso inovador que prima pela eficiência da gestão a nível local, ou seja, dos municípios estimulando o bom funcionamento da coisa pública por meio de ambientes decisórios, participativos e com capacidade de gerir suas normas e condutas, preconizado pela Constituição de 1988, "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição." (BRASIL, 1988)

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DO CURSO

Estamos vivenciando uma conjuntura histórica, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Gestão Pública não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender a partir das múltiplas realidades dos municípios brasileiros.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de proatividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de "Estado Necessário", entre outros. O município é o lugar onde vivemos, uma complexidade que necessita ser estudada e compreendida, ou nas palavras de Henri Lefebvre a cidade se "projeta no terreno uma sociedade inteira, umatotalidade social, suas superestruturas e as relações sociais que constituem sua estrutura propriamente dita" (LEFEBVRE, 1970, p. 147).

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um Docente, mas uma instituição, uma "instituição ensinante". Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos Discentes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para queele chegue às mãos do Discente, do coordenador de curso e dos Docentees formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer); do editor ao artistagráfico (web designer) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela "instituição ensinante" numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **o Discente:** Discente matriculado no curso e que irá estudar "a distância";
- **Docentees autores:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs);

- **Docentees formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **Docentees pesquisadores:** ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- **tutores:** bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os Discentes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de "tutoria";
- **equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

Preparar para uma formação qualificada de gestores públicos, voltados para a Tecnologia em Gestão Pública Municipal, capazes de atuar no âmbito do setor público das cidades em trabalho cooperativo com o Estado e a União, aplicando os conhecimentos, ferramentas e tecnologias para atender as demandas da gestão pública, com a finalidade de identificar problemas e buscar alternativas para a construção de soluções, propor e executar projetos e processos com vistas ao atendimento das demandas da sociedade, orientados pelos princípios da Tecnologia em Gestão Pública Municipal.

5.2 Objetivos Específicos

- ✓ *Propiciar conhecimentos relativos ao planejamento, implantação, controle e avaliação de processos, projetos e programas no bojo da Tecnologia em Gestão Pública Municipal pública municipal;*
- ✓ *Fornecer discutir parâmetros relativos às metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da Tecnologia em Gestão Pública Municipal pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;*

- ✓ *Propiciar parâmetros e referências para que sejam elaborados captação de recursos públicos, em como elaboração de projetos e pareceres técnico- avaliativos referentes à gestão pública.*

6. REGIME DE MATRÍCULA

A matrícula é realizada a cada período, de acordo com a Resolução COEPE/UEMG/ nº 132/2013, que regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos cursos de graduação da UEMG. A matrícula do aluno ingressante é realizada pelo aluno ou seu procurador junto a Secretaria Acadêmica da Unidade. Nos semestres subsequentes o Discente pode renovar sua matrícula de forma online. Na ocasião da matrícula o Discente deverá observar os critérios estabelecidos na Resolução COEPE/UEMG/ nº 132/2013, onde está estabelecido o curso de no mínimo 8 e máximo de 32 créditos por período letivo, além de pré-requisitos definidos na estrutura curricular conforme o normativo.

7. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A UEMG contará com a seguinte equipe multidisciplinar, devidamente composta por:

- Coordenador (a) do Curso;
- Docentees Formadores, que serão peças-chave na leitura do material, bem como na preparação e planejamento das atividades do curso;
- Docentees conteudistas, que serão responsáveis pela elaboração do material didático, atividades, avaliação, entre outras, alocados na Coordenação Geral prestando suporte a Unidade;
- Tutores presenciais que serão os mediadores entre os alunos e Ambiente Virtual de Aprendizagem, quando possível pelos valores de fomento;
- Tutores a distância que farão a mediação entre os agentes e o Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Técnicos de Informática (suporte na plataforma), que serão imprescindíveis na comunicação e informação;
- Designers gráficos, que serão responsáveis pela criação, divulgação através de folders e cartazes, e formatação de todo material didático que será postado na plataforma;
- Web designer: responsável pela formatação e configuração do layout do ambiente virtual de aprendizagem;

8. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

I. Curso "Formação de Autores para Conteúdos de EAD" - 60 horas

II. Formação de Tutores – 60 horas

III. Curso AVA – Plataforma Moodle

- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Para o curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, a estrutura e organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem:

8.1 Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos e a UFRPE. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na UFRPE, com a garantia de:

- Manutenção de equipe multidisciplinar paraorientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- Designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- Manutenção dos núcleos tecnológicos na IES e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a IES.

8.2 Produção de Material Didático

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. É mediante o material didático que são feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico proposto fazendo recurso aos conceitos de historicidade, construção e diversidade. Os Docentees autores participarão de uma discussão coletiva com a equipe pedagógica do curso e especialistas no processo de concepção e produção

de material didático para a EAD, para se definir os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, o design gráfico, etc. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da instituição.

Caso não seja possível ou não se opte pela produção do material didático do curso ou de uma disciplina, o Docente especialista da disciplina produzirá um Guia Didático para os Discentes, estratégia está muito utilizada na EAD.

8.3 Monitoramento do percurso do Discente

É muito importante que, além da figura do orientador, alguém da equipe técnica de suporte do AVA monitore a participação do Discente no curso e produza relatórios quinzenais para o orientador ter um quadro de desempenho dos Discentes da turma sob sua responsabilidade.

Na EaD, presencialidade ganha sentido de "estar juntos", mesmo estando a distância. Isso é possível, graças também às Novas Tecnologias da Comunicação e à criação dos ambientes virtuais de aprendizagem que, a cada ano que passa, vão se desenvolvendo e propiciando interatividade, o diálogo entre os sujeitos da ação educativa, mesmo estando em espaços e momentos diferentes. Por isso, deve-se fazer opção por uma plataforma que possibilite aos Docentees, orientadores e alunos o encontro, o diálogo, as trocas de saberes, a produção coletiva e colaborativa.

8.4 Competências e habilidades

O curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal visa a formação de profissionais providos de conhecimentos que os capacitem para uma efetiva atuação em um ambiente econômico globalizado, se constituindo nos profissionais facilitadores dos negócios empresariais, exercendo como principais competências:

- Evidenciar as informações quantitativas e qualitativas quanto à saúde econômica e financeira dos Municípios;
- Planejar, organizar, executar e controlar os setores administrativos das redes municipais, bem como a relação com as empresas privadas no exercício de suas atividades;
- Possuir uma visão global e humanística que o habilite a compreender o meio s social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo cada dia mais diversificado e interdependente;
- Compreender a dinâmica de elaboração e execução de Projetos e, principalmente, a

captação de recursos;

- Gerenciar de recursos voltados ao desenvolvimento da cidade e à aplicação de sistemas administrativos com vistas ao desenvolvimento local e regional;

8.5 Competências específicas e habilidades do egresso

O curso de graduação em Tecnologia em Gestão Pública Municipal enseja condições para que o futuro administrador seja capacitado a:

- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras nos diferentes modelos de organização;
- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo planejamento, inovações tecnológicas, organização, direção e controle dos processos empresariais;
- Revelar capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Portanto, o curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal da UEMG, Unidade Acadêmica de Leopoldina procura formar profissionais capazes de assumir a responsabilidade dos serviços administrativos vinculados diretamente aos municípios e empresas, tanto privadas quanto públicas e aptos a organizar e dirigir departamentos, executando e/ou supervisionando serviços administrativos.

8.6 Inserção social e profissional

O curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal visa a formação de profissionais gestores de negócios, exercendo como principais funções as de evidenciar as informações quantitativas e qualitativas quanto à saúde econômica e financeira dos municípios e empresas, bem como planejar, organizar, direcionar e controlar as rotinas de trabalho como um todo, tanto no exercício de atividades na área pública ou privada.

O bacharel em Tecnologia em Gestão Pública Municipal desenvolve uma visão global e humanística que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo cada dia mais diversificado e interdependente. É um agente de mediação. De acordo com Ricardo Sant'Ana, "A proximidade dos agentes políticos municipais em relação aos cidadãos e ao seu dia a dia, bem como a sensibilidade imediata dos resultados de políticas e ações destes agentes políticos, podem ser utilizadas como elementos facilitadores da conscientização da importância da participação de todos no processo

da Administração Pública" (SANT'ANA, 2009, p. 48). Ao possuir capacitação para a concepção e a implementação de modelos administrativos voltados à solução de problemas reais, de naturezas comerciais, sociais, administrativas, ou científicas; este profissional deve estar em sintonia com as necessidades do mundo moderno, sabendo não apenas reagir em conformidade, mas também transformá-lo; deve gerenciar de recursos voltados ao desenvolvimento e à aplicação de sistemas contábeis; deve por fim, sensibilizar-se como componente de apoio em processos decisórios nas empresas.

9. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal, contempla, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre a tríade ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo espelhamento de qualidade acadêmica na formação oferecida, respeitando a organização acadêmica, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG.

Nesse sentido, importa à Universidade, como uma instituição formadora e transformadora da sociedade, integrar esta tríade, pois o seu compromisso não é apenas com o saber instituído, decorrente do conteúdo ministrado em sala de aula, mas, sobretudo, com o saber instituinte, aquele que, grosso modo, faz contraponto ao já conhecido, retificando-o ou, mesmo, superando-o. Isso somente é possível quando, além do ensino, a educação pode contar com a pesquisa, cujo objetivo precípuo compreende ampliar o universo heurístico da produção acadêmica, partindo do desconhecido para explicar o supostamente conhecido, à luz de recortes conceituais ainda não intentados, e com a extensão, que consiste na promoção de um diálogo multifacetado e contínuo da Universidade com a sociedade na qual está inserida, de modo a conciliar a produção acadêmica com as demandas sociais.

Isto posto, o tratamento dispensado à educação universitária pela UEMG cumpre esse papel pedagógico de agregar, em sua práxis formativa o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, considerando que o fenômeno educacional não é uma instância isolada e definitivamente concluída, mas uma realidade dinâmica, dialeticamente participativa e transformadora, tencionada a levar sempre adiante a linha fronteiriça entre o conhecido e, ainda o a ser conhecido.

A Unidade de Leopoldina, por meio do seu corpo docente, vem desenvolvendo um trabalho que busca articular esta tríade em sintonia com o alcance de metas significativas, planejadas desde a implantação do curso de Pedagogia - que teve início em 2011, no bojo do Projeto Macro de criação de uma Universidade Pública e gratuita nesta microrregião da Zona da Mata mineira, inserida na perspectiva de uma política global de modernização das regiões

mineiras, pela via da produção e difusão do conhecimento.

O Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública Municipal, apresenta as ações e metas da UEMG, tendo como objetivo a consolidação da pesquisa como atividade institucional sistematizada e permanente e, no campo da extensão, propõe ações e metas em busca de uma maior articulação das atividades desta dimensão à natureza multicampi da Universidade, fundamenta-se numa perspectiva que tem por pressuposto o tratamento das dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão de forma indissociável.

A gestão das atividades das três dimensões está a cargo do Coordenador de Ensino, do Coordenador de Pesquisa e do Coordenador de Extensão, vinculados diretamente às suas respectivas pró reitorias. Desta forma, a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, abordando temas pertinentes aos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas do currículo do curso, os Docentees criaram grupos de pesquisa, certificados pelo CNPq, que abrigam estes projetos, culminando na publicação de suas produções, com a participação não só de alunos bolsistas, mas também de outros pesquisadores convidados.

Importante acrescentar que há um grande incentivo à produção de pesquisa e extensão na Universidade, com bolsas para Docentees e alunos, que desenvolvem projetos inseridos em programas com diversos objetivos, como o programa institucional de apoio à pesquisa na UEMG – Programa Institucional de apoio à Pesquisa - PAPQ.

Os programas que são destinados a Discentes e docentes das Unidades da UEMG, prevendo as seguintes modalidades de bolsas e auxílio, são:

- Bolsa de Iniciação Científica para alunos de graduação - BIC;
- Bolsa para Docente Orientador de bolsistas de Iniciação Científica - BPO;
- Auxílio complementar para aquisição de material de consumo para projetos de pesquisa;
- Auxílio para Participação em Eventos Científicos para alunos de graduação;

Outros programas institucionais têm como objetivo oferecer bolsas de iniciação científica nas ações afirmativas, como é o caso do PIBIC-AF, que é um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de discentes de graduação beneficiários (as) de políticas de ações afirmativas.

Há também programas com recursos da FAPEMIG que apoiam a participação dos docentes e discentes nos eventos científicos realizados na própria Unidade, como também nos projetos realizados pelas Pró reitorias de Extensão – PAEX - e de Pesquisa e Pós- Graduação, como o Seminário de Pesquisa e Extensão, Semana UEMG e outros.

A ênfase no desenvolvimento da pesquisa regional deve-se ao caráter e à tradição rural de Leopoldina. A despeito da sua posição como polo regional - devido ao grande

desenvolvimento urbano e sua economia voltada para a indústria e agropecuária - um número representativo de sua população reside na área rural. Essa população está distribuída em vários distritos e inúmeras vilas, povoados e comunidades rurais. É expressivo o número de alunos, matriculados nas escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, que residem nessas localidades e constituem os sujeitos de grande parte das pesquisas realizadas.

A produção extensionista representa um instrumento de integração entre ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. Assim, as atividades desenvolvidas possibilitam a interação entre a Universidade e a sociedade na qual ela está inserida, tendo como objetivo o aprofundamento das práticas de cidadania, o intercâmbio cultural, a aquisição de novas tecnologias aplicadas às ciências sociais, humanas e da educação. Na Unidade de Leopoldina a produção em extensão já se mostra expressiva. A extensão tem sido viabilizada através da oferta de cursos de curta duração, palestras, oficinas, seminários, mesas-redondas, encontros acadêmicos, cursos de nivelamento, curso pré-vestibular e parcerias com outras instituições da cidade.

10. METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia a ser empregada para colocar em prática os pressupostos teóricos observados nesse projeto, será baseada nos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas e dialogadas nas quais o Docente coordenará os processos cognitivos dando subsídios para a construção conceitual e teórica dos alunos.
- Aquisição de conhecimentos através de debates, seminários e interação por chat
- Construção de textos científicos.
- Construção de conhecimentos interdisciplinares através do diálogo entre disciplinas.
- Formação de grupos de estudos: organização de seminários de ensino e pesquisa, que se constituirão como espaços de troca de experiências entre docentes e discentes através da reflexão crítica.
- Encontros presenciais no Polo UAB/UEMG Unidade Leopoldina.
- Desenvolvimento de atividades extracurriculares com o objetivo de estabelecer uma interação entre a sociedade e a universidade, por meio de:

a) Seminários e encontros, com participação do corpo discente, nos quais é oportunizada a apresentação pelos alunos dos resultados de seus projetos e pesquisas.
b) Organização de palestras e minicursos ministrados por Docentees da Unidade, de outras instituições e de outros cursos da IES.
c) Participação dos docentes e discentes na Semana Acadêmica do Curso, da UEMG e em outros eventos científicos e acadêmicos.

11. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DISCENTE

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia pressupõe também o significado ético e subjetivo das práticas avaliativas: avaliar para promover aprendizagens significativas. Assim, esta Proposta Pedagógica tem como pressuposto básico a adoção de um amplo processo de avaliação como princípio educativo no processo de formação e a sua utilização como um ato integrativo e inclusivo, como suporte de diagnóstico, de troca dialógica e de possível reorientação da aprendizagem de acordo com a RESOLUÇÃO COEPE 249/2020 - Regulamenta a compensação de faltas e a avaliação de rendimento acadêmico e dá outras providencias e RESOLUÇÃO COEPE 250/2020 - Dispõe sobre o aproveitamento de estudos, adaptações curriculares, exame de proficiência e abreviação do tempo de conclusão no âmbito dos cursos de graduação. Sendo a opção preconizada a de formação de sujeitos históricos, críticos, criativos e autônomos, há que se buscar a mediação entre os objetivos da aprendizagem, os conteúdos e osprocedimentos de avaliação a serem adotados, fundamentados nos princípios básicos norteadores do processo de avaliação da UEMG, estabelecidos na Seção VIII do Capítulo I conforme prescrito no Regimento Geral da UEMG - RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 374/2017, de 26 de outubro 2017:

> SEÇÃO VIII
> Da Avaliação do Rendimento Escolar
> Art. 38. A avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas, trabalhos e produções decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Discente.
>
> Art. 39. A avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).
> § 1º Nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a 40(quarenta) pontos.
> §2º É assegurado ao Discente o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade Acadêmica.
> §3º A revisão de provas e trabalhos deverá ser feita, de preferência, na presença do Discente. Art. 40. Apurados os resultados finais de cada disciplina, o rendimento escolar de cada Discente é expresso em nota e conceito:
> I – A, Ótimo: 90 (noventa) a 100 (cem) pontos;
> II – B, Muito Bom: 80 (oitenta) a 89 (oitenta e nove) pontos; III – C, Bom: 70 (setenta) a 79 (setenta e nove) pontos;
> IV – D, Regular: 60 (sessenta) a 69 (sessenta e nove) pontos V – E, Fraco: 40 (quarenta) a 59 (cinquenta e nove) pontos
> VI – F, Insuficiente: abaixo de 40 (quarenta) pontos ou infrequente.
> Art. 41. É obrigatório o comparecimento do Discente às aulas e às demais atividades constantes do § 1º do art. 7º deste Regimento, que estejam previstas no projeto pedagógico do respectivo curso.
> Parágrafo único. O Discente que não tiver frequentado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares programadas numa dada disciplina estará automaticamente reprovado na mesma.

> Art. 42. É considerado aprovado na disciplina o Discente que alcança o conceito D, no mínimo, e apresenta frequência nos termos do Parágrafo único do art. 41.
> Parágrafo único. O Discente que obtiver conceito E e frequência suficiente na disciplina, nos termos do art. 41, poderá se submeter a exame especial nos termos definidos em Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

12. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da educação a distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do Docente. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individuale em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, os especialistas e com os orientadores acadêmicos todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e para a relação intersubjetiva, dialógica, Docente-aluno, mediada por textos, é fundamental. O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão. Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- O acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
- Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
- Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo dos dois Núcleos.

Algumas diretrizes mínimas devem ser observadas, conforme o artigo 39 do Regimento da UEMG:

> **Art.39.**Aavaliaçãodorendimentoemcadadisciplinaéfeitaporpontoscumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100(cem).
> § 1º Nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a 40 (quarenta) pontos.
> §2º É assegurado ao Discente o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade Acadêmica.

Conforme a Resolução CONUN/UEMG Nº 374/2017, o aluno será considerado aprovado em cada uma das disciplinas do Curso o aluno que obtiver, cumulativamente: pelo menos 60 (sessenta) pontos sobre o total de 100 (cem) pontos cumulativos, distribuídos durante o semestre letivo nas avaliações das aprendizagens; e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no montante das aulas ministradas no semestre letivo.

12.1 Atendimento ao Discente

De acordo com Decreto 48402, de 07/04/2022, que dispõe sobre o Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES, os tipos de auxílio Estudantil são: Moradia, alimentação, transporte, creche, apoio didático-pedagógico, promoção à saúde, promoção a cultura, promoção ao esporte e promoção à inclusão da pessoa com deficiência. O Núcleo de Apoio ao Discente – NAE em suas ações, conforme Resolução CONUN/UEMG nº 201 de 24/06/2010 e Resolução CONUN/UEMG nº 523 de 11/11/2021, propõe implementar as políticas institucionais de inclusão, assistência estudantil e ações afirmativas para o acesso e permanência na Universidade, e realizar atendimento aos Discentes, atuando em ações de caráter social na promoção da saúde, do esporte, da cultura e oferecendo apoio acadêmico, contribuindo para a integração psicossocial, acadêmica e profissional da comunidade discente, observando o inciso XI referente às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

13. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus

membros possuem titulação stricto sensu; tem o coordenador de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do Discente e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório. Por sua vez, o Núcleo Docente Estruturante é um órgão consultivo de caráter permanente em cada curso de graduação da Universidade, o qual, segundo o Art. 2º da Resolução COEPE 284/2020 possui as seguintes atribuições:

> I – Atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
> II – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
> III – Zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
> IV – Identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
> V – Observar e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

14. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – (CPA)

A RESOLUÇÃO CONUN 419/2018 cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA e estabelece suas atribuições e condições de funcionamento. Em março de 2020 designou-se uma nova CPA/UEMG, por meio Portaria/UEMG Nº 022 e, posteriormente as Comissões Próprias de Avaliação das 20 (vinte) unidades da Universidade, mantendo-se a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

15. MONITORIA ACADÊMICA

O Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA) se constitui pela realização de atividades de caráter técnico-didático, relacionadas ao Projeto Pedagógico de curso, por meio da concessão de bolsas a Discentes regularmente matriculados em cursos de graduação (RESOLUÇÃO COEPE 305/2021).

16. COLEGIADO DE CURSO

Órgão responsável pela coordenação didática do curso atuando na orientação, coordenação e supervisão das atividades do curso; na elaboração do Projeto Pedagógico; no

estabelecimento de diretrizes nos programas de disciplinas; na programação de atividades letivas; na avaliação periódica da qualidade e eficácia do curso; na designação e substituição de docentes; na decisão de questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplinas, transferência, entre outros previstos no Estatuto UEMG – Decreto nº 46.352/2013.

O Colegiado de Curso encontra-se estabelecido também na Resolução COEPE/UEMG 273, a qual define as seguintes atribuições em seu Art. 1º:

> Parágrafo único. Os Colegiados dos Cursos de Graduação, além de suas competências próprias estabelecidas pelo art. 59 do Estatuto da Universidade, deverão:
> I – Articular-se com o Núcleo Docente Estruturante para elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;
> II – Apreciar as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;
> III – avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos Discentes, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

O Art. 2º da Resolução COEPE/UEMG 273 define a constituição dos Colegiados dos Cursos de Graduação nos seguintes termos:

> I – um representante de cada um dos Departamentos Acadêmicos que ofereçam disciplinas no curso, eleitos pelas respectivas Câmaras Departamentais, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
> II – representantes dos Docentees que participam do curso, eleitos pelos demais docentes, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
> III – representantes dos Discentes regularmente matriculados no curso, escolhidos na forma do Estatuto e do Regimento Geral;
> § 1º Juntamente com os representantes previstos nos incisos I a III serão eleitos suplentes, com mandato vinculado, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos.
> § 2º Cada Colegiado de Curso de Graduação terá um Coordenador e um Subcoordenador, eleitos para mandato de dois anos, permitido o exercício de até dois mandatos consecutivos.

17. INFRAESTRUTURA

Conforme Termo de Cessão de Uso celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a Unidade Acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Leopoldina funciona no município conjuntamente com a Escola Estadual Sebastião Silva Coutinho, situada na rua General Olímpio Mourão Filho – s/n, bairro Pirineus, CEP 36.700-000.

17.1 Cessão de uso

Constitui objeto da cessão de uso solicitada Processo SEI Nº 2350.01.0001143/2021-96, TERMO DE CESSÃO Nº 34/2022, a utilização pela Universidade do Estado de Minas Gerais dos seguintes espaços da Escola Estadual Sebastião Silva Coutinho, com acesso pela rua Castro Alves, s/n, bairro Maria Guimarães França, Leopoldina-MG, CEP 36.704-143, por 20 (vinte) anos, a saber:

De uso exclusivo da UEMG (área total: 441,99m²):

1) Sala de aula UE 03: 52,71m²
2) Sala de aula UE 05: 54,02m²
3) Sala de aula UE 09: 45,95m²
4) Sala de aula UE 10: 48,58m²
5) Sala de aula UE 11: 54, 02 m²
6) Sala de aula UE 04 para uso do laboratório de informática: 53,00m²
7) Sala de aula UE 02 para uso da biblioteca: 53,58m²
8) Salas UE 07 e UE 08 para uso como sala da direção e das coordenações: 33,12m²
9) Sala de aula UE 06 para uso da secretaria: 41,70m²
10) Sala de aula UE 01 para uso como sala da educação física/WC's: 24,26m²
11) Cozinha, almoxarifado e banheiro: 34,97 m²

Espaços de uso comum entre UEMG e Escola Estadual Sebastião Silva Coutinho (área total: 2.911,36m²):

1) Sala nº 27 para uso do auditório: 105,11m²
2) Duas áreas de circulação: 210,24m²
3) Um Refeitório: 158,37m²
4) Um Sanitário masculino: 158,37m²
5) Um Sanitário feminino: 26,35m²
6) Um Sanitário PNE masculino: 3,12m²
7) Um Sanitário PNE feminino: 3,51m²
8) Uma Praça: 49,67m²
9) Uma Quadra coberta: 959,39m²
10) Uma Quadra descoberta: 1.200,00m²
11) Um Estacionamento: 169,72m²

18. BIBLIOTECA

A biblioteca da Unidade está equipada com sala de leitura, computadores e um acervo total de 4.526 livros, 04 Microcomputadores e 01 impressora, utilizando o sistema Pergamum para controle de empréstimo, renovação, reserva de material, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e de catalogação. Além do acervo físico, são disponibilizados materiais por meio de Bibliotecas Digitais cujos contratos vigentes são: Biblioteca Virtual Pearson, Minha Biblioteca, Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital ProView, Portal de Periódicos CAPES, Coleção de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul.

19. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O laboratório de informática possui 25 microcomputadores com acesso à internet sendo que há Wi-fi (rede sem fio) na Unidade. O quadro abaixo apresenta o número e a especificação básica dos equipamentos do laboratório de informática:

EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÃO BÁSICA	NÚMERODE ITENS	CONECTADOÀ REDE LOCAL	CONECTADOÀ REDE INSTITUCIONAL	SEM CONEXÃO
COMPUTADOR	6Gb; 04 nucleos; 3 Ghz; 64 bits cache; 3 Mb; 500 Gb Sata 7200 rpm	25		x	
IMPRESSORA	01				
SOFTWARE LICENCIADO	Windows profissional				

20. MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular do curso está orientada pelas dimensões e eixos descritos e está estruturada a fim de concretizar e atingir os objetivos a que o curso se propõe, desenvolvendo as competências necessárias ao perfil profissional do egresso. A flexibilização de conteúdos se dá por meio de disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas, sendo estas cumpridas para enriquecimento curricular do discente, e outros mecanismos de organização de estudos que contemplem conhecimentos relevantes capazes de responder a demandas da comunidade interna e externa respeitando os saberes e as experiências doDiscente, e proporcionando espaços de diálogos em busca da construção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento da sociedade. As tabelas a seguir apresentam a divisãodas disciplinas ao longo do semestre, a quantidade de horas/aula, horas/relógio e créditos de cada disciplina. Apresentam ainda a divisão da carga horária da disciplina em aulas teóricas, práticas e na modalidade a distância.

LEGENDA: ▪ h/a: hora/aula ▪ AEx.: Atividade Extensionista

1º Período.

Nº	Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito
			Teórica	Prática	AEx			
1	Teoria das Organizações	OBR	72	0	18	90	75	5
2	Estado, Governo e Tecnologia em Gestão Pública Municipal	OBR	72	0	0	72	60	4
3	Noções de Direito Constitucional	OBR	54	0	0	54	45	3
4	Cidadania e Direitos Humanos	OBR	54	0	0	54	45	3
5	Noções de Controle e Auditoria na Tecnologia em Gestão Pública	OBR	72	0	0	36	30	4
6	Optativa	OP	72			72	60	4
7	Projeto Interdisciplinar I	OBR	36		36	72	60	4
	TOTAL		**432**		**54**	**450**	**375**	**27**

2º Período

Nº	Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito
			Teórica	Prática	AEx			
8	Planejamento e Orçamento Público	OBR	72	0	0	72	60	4
9	Matemática e Estatística aplicadas à Gestão Municipal	OBR	54	0	18	72	60	4
10	Políticas Públicas e Estado	OBR	72	0	0	72	60	4
11	Ética e responsabilidade social	OBR	54	0	0	54	45	3
12	Comunicação e Linguagem Organizacional	OBR	54	0	0	54	45	3
13	Optativa	OP	72	0	0	72	60	4
14	Projeto Interdisciplinar II	OBR	36	0	36	72	60	4
	TOTAL		**414**	**0**	**54**	**468**	**390**	**26**

3º período

Nº	Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito
			Teórica	Prática	AEx			
15	Gestão Econômica	OBR	72	0	0	72	60	4
16	Gestão de Projetos e captação de recurso	OBR	54	0	18	72	60	4
17	Contabilidade no setor público	OBR	72	0	0	72	60	4
18	Gestão de Pessoas no setor público	OBR	72	0	0	72	60	4
19	Gestão de Marketing	OBR	36	0	0	36	30	2
20	Optativa	OP	72	0	0	72	60	4
21	Projeto Interdisciplinar III	OBR	36	0	36	72	60	4
	TOTAL		**414**	**0**	**54**	**468**	**390**	**26**

4º Período

Nº	Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito
			Teórica	Prática	AEx			
22	Gestão de operações	OBR	72	0	0	72	60	4
23	Finanças Públicas	OBR	72	0	0	72	60	4
24	Noções de Direito Administrativo	OBR	90	0	0	90	75	5
25	Comportamento Organizacional	OBR	72	0	0	72	60	4
26	Gestão da informação no setor público	OBR	54	0	0	54	45	3
27	Optativa	OP	72	0	0	72	60	4
28	Projeto Interdisciplinar III	OBR	36	0	36	72	60	4
	TOTAL		**468**	**0**	**36**	**504**	**420**	**28**

21. DISCIPLINAS OPTATIVAS

OPTATIVAS	**Carga Horária Total (h/a)**	**Carga Horária Total (horas)**	**Créditos**
Libras	72	60	4
Plano Diretor e temas Contemporâneos	72	60	4
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	72	60	4
Consultoria Organizacional	72	60	4
Municípios e sociedade: apontamentos históricos	72	60	4
Gestão Social e Redes	72	60	4
Gestão de Conflitos	72	60	4
Minorias Sociais e Diversidades	72	60	4
Direito Tributário	72	60	4
Gestão Digital e Governo Eletrônico	72	60	4

2.2 CARGA HORÀRIA

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	**Carga Horária Total (h/a)**	**Carga Horária Total (horas)**	**Créditos**
Disciplinas Obrigatórias	1440	1200	80
Disciplinas Optativas	288	240	16
Atividades de Extensão[1]	198	165	11
CARGA HORÁRIA TOTAL	**1926**	**1605**	**107**

21.1 Projeto Interdisciplinar

A previsão da disciplina de Projeto Interdisciplinar no Projeto Pedagógico do Curso se

[1] Essa carga horária está inserida nas Disciplinas Obrigatórias.

justifica nos termos da Resolução CNE/CP n. 1/2023. Nesse sentido, o projeto interdisciplinar é um componente basilar do curso, mais que um componente curricular obrigatório, dividido em 4 disciplinas ao longo do curso, o projeto se apresenta como um processo de construção coletiva de iniciativas que propiciam o desenvolvimento de um grupo de competências relevantes para atuação acadêmica e profissional dos envolvidos. Além disso, o projeto interdisciplinar auxilia na constante aproximação entre a teoria e a prática, além da possibilidade de concretização do relacionamento entre os componentes do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, trata-se de uma proposta de integração de conhecimentos, considerando e respeitando as especificidades disciplinares, mas, ao mesmo tempo, criando reflexão acerca dos espaços de interseção entre os campos disciplinares e se debruçando sobre a prática acadêmica e científica, no intuito de superar as fronteiras e compreender o conhecimento de forma mais global, holística e multidimensional.

Para isso, é necessário que o corpo discente e docente encontre espaços onde o pensamento interdisciplinar seja incentivado, por meio de atividades e processos colaborativos e de uma atitude investigativa e crítica frente aos desafios e mudanças da área da gestão, onde possam refletir e se aprofundar em temas atuais e complexos da gestão pública.

Nesse sentido, podemos elencar como sendo os princípios formadores do Projeto Interdisciplinar:

a) *Formação humana e cidadã:* a prática do projeto interdisciplinar visa desenvolver um conjunto de competências relativas ao curso e previstas no PPC, competências essas que compõe o perfil do egresso e o percurso formativo proposto pela matriz curricular, mas também colaborando na formação humana e cidadã dos envolvidos no processo.

b) *Atitude crítica, reflexiva e investigativa:* outro componente importante é o estabelecimento de uma postura crítica, reflexiva e investigativa frente à realidade complexa e multifatorial que se apresenta no estudo e no exercício da gestão.

c) *Autonomia discente:* os docentes atuam como mediadores no processo de desenvolvimento do projeto interdisciplinar, de forma que os discentes possam desenvolver sua autonomia frente aos processos investigativos e aos processos decisórios.

d) *Trabalho em Equipe:* o incentivo para que discentes realizem o processo de forma colaborativa, de modo que o aprendizado ocorra de maneira dialógica e nas interações entre os discentes e objetos de análise escolhidos e também entre os sujeitos envolvidos no projeto. Assim, espera-se que seja desenvolvido e aprimorado o compartilhamento de ideias, de conhecimentos, de estratégias, além da dimensão social e afetiva.

Dessa forma, o desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar pode ser dividido em fases, distribuídos entre os quatro semestres do curso:

1. Identificar temática e problema contemporâneo e de relevância para a área do curso
2. Planejar recursos que serão despendidos com a realização do projeto
3. Discutir sobre o estado da arte subjacente à temática e problema escolhido
4. Articular conhecimentos e práticas concernentes à área de forma a subsidiar análise, diagnóstico e aporte teórico e metodológico para resolução da problemática identificada
5. Elaborar hipóteses e possíveis respostas e/ou soluções teóricas e/ou práticas para a problemática escolhida
6. Apresentar um produto final, resultado das reflexões, análises e discussões sobre o tema e problema identificado

O processo do projeto interdisciplinar deve se materializar em um produto/resultado final de acordo com a concepção teórico-metodológica proposta pelo Docente responsável pela disciplina. Desse modo, o produto final pode assumir formatos diversificados, entre eles:

a) Texto escrito de caráter científico e acadêmico, como artigo, TCC, resumo expandido, relatórios de pesquisa, casos de ensino, entre outros.

b) Texto escrito com caráter científico e acadêmico, mas em formatos para divulgação ampla, como: manuais, cartilhas, reportagens, textos para mídias e/ou similares.

c) Texto escrito com caráter científico e acadêmico, mas que contemplem outras dimensões do tripé universitário, como: propostas de projetos de extensão.

d) Texto escrito com embasamento teórico-científico, mas sem necessariamente atender a uma estrutura padrão de publicação, como: diagnósticos, projetos de empreendedorismo, planos de ação etc.

e) Produtos não predominantemente escritos, com predominância de áudio, imagem e/ou tridimensionais, como vídeos, pitches, fotografias, portfólios, exposições, entre outros.

f) Produtos materializados em práticas e realização de eventos, como: empresas simuladas, assessorias e consultorias, palestras, cursos, eventos, mesas redondas, debates, júri simulado e/ou similares.

g) Produtos consequência de projetos de pesquisa, mas materializados em atividades práticas, como: imersão no campo de estudo, estudos de caso, visitas técnicas etc.

h) Produtos de caráter inovador e tecnológico, como: desenvolvimento de softwares, aplicativos, patentes, entre outros.

22. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Segundo o artigo 4º, da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018: "As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos" (MEC, 2018). Do mesmo modo, a Resolução COEPE/UEMG nº 287, de 04 de março de 2023, determina que as atividades de extensão são componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade, e deve compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso.

Essa carga horária deve ser realizada de forma concomitante às demais atividades acadêmicas, dentro do prazo de conclusão do curso e protocoladas semestralmente na secretaria acadêmica. Sendo o objetivo principal destas ampliar e diversificar o processo formativo, incentivando a participação do Discente em atividades que estimulem a construção do senso crítico, o envolvimento com a sociedade e que possibilitem novas experiências sociais, culturais e profissionais.

As atividades extensionistas são parte integrante do currículo, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e realizadas em horário extraclasse. A carga horária deverá ser de no mínimo 198 horas/aula, equivalente a 165 horas/relógio que serão validadas pela coordenação de extensão e posteriormente pela coordenação de curso, mediante apresentação de documentos comprobatórios na Secretaria Acadêmica. A gestão do cumprimento das atividades será regida por regulamento interno à Unidade Leopoldina.

A realização das atividades de extensão é de autonomia do discente, cabendo a este a escolha das atividades, a realização e envolvimento com atividades extensionistas, além da entrega de documentos comprobatórios. As atividades podem ser desenvolvidas desde o primeiro período até o último e os documentos comprobatórios deverão ser protocolados semestralmente na Secretaria Acadêmica, sendo, em seguida, avaliados pela Coordenação de Extensão e posteriormente validados pela Coordenação de Curso, conforme Anexo I – Regulamento de atividades extensionista, constante ao final deste PPC.

23. EMENTÁRIO

PRIMEIRO PERÍODO

TEORIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Antecedentes e influenciadores do pensamento administrativo – bases históricas da administração. Abordagem clássica (Administração Científica e Teoria Clássica). Abordagem

humanística: escola das Relações Humanas. Teoria da Burocracia – racionalidade e poder. Teoria de Stakeholders e Teoria da Agência. Teoria Institucional e da Dependência de Recursos. Neo-institucionalismo. Autogestão, cogestão e a abordagem participativa. As contradições organizacionais da visão dialética. Critical management studies, Teoria Crítica e a dimensão ideológica. Poder, controle e conflito nas organizações. Abordagem construcionista. A dimensão identitária e simbólica nas organizações. Organização e trabalho na pós-modernidade. Linguagem e Teoria da Ação Comunicativa. A ligação entre a rede e o ser, teoria ator-rede. Teoria da estruturação: agência e estrutura. A abordagem da estratégia como prática. Mudança organizacional: coisas ou processos (Organizing e Sensemaking).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. Administração: teorias e processo. São Paulo: Pearson 2004. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/326/. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

JONES, Gareth R. Teoria das Organizações - 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2010. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1243/ Acesso em: 18 de fev. de 2021.

VIZEU, Fábio. Teorias da administração: origem, desenvolvimento e implicações. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177812/ Acesso em: 18 de fev. de 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ABRANTES, José. Teoria geral da administração - TGA: a antropologia empresarial e a problemática ambiental. Rio de Janeiro: Interciência, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49793. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de Gestão em Organizações Públicas: Teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educs, 2011. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2951. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

COLTRO, Alex. Teoria geral da administração. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26923. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

ORLICKAS, Elizenda. Modelos de gestão: das teorias da administração à gestão estratégica. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6180. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da Administração. São Paulo: Pearson, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3789/. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

ESTADO, GOVERNO E TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Estado, o Governo, a Sociedade e o Município no contexto histórico e das práticas de poder. Forma histórica de Administração Pública: sua evolução no Brasil e as reformas administrativas; tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea: a Administração Pública por resultados (New Public Management) e Administração Pública Societal. Concepções de governança, eficiência, equidade, transparência e accountability:

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. Administração: teorias e processo. São Paulo: Pearson, 2005. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/326/. Acesso em: 18 fev. 2021.

LOURENÇO, N. V. Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37153/. Acesso em: 18 fev. 2021.

MADEIRA, José Maria. Administração Pública. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Tomo 2. Disponível em: http://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37884. Acesso em: 18 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CAMPOS, L. M. F. Administração pública estratégica: planejamento, ferramentas e implantação. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185766/ Acesso em: 18 fev. 2021.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. RAP, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-74, set./out. 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000500003. Acesso em: 18 fev. 2021.

HACK, Neiva. Política pública e gestão governamental. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186764. Acesso em: 19 fev. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Administração pública, concessões e terceiro setor. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap: 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil.pdf Acesso em: 19 fev. 2021.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: supremacia, funções básicas, regras e princípios. O Poder Constituinte. Norma Constitucional. Reforma constitucional. Revisão e Emenda constitucional. O papel da Constituição no Estado. Direitos constitucionais: individuais, coletivos, sociais, políticos e de nacionalidade. O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. A organização político-administrativa do Estado. Intervenção federal e estadual. A jurisdição constitucional: conceito, origens, fundamentos de legitimidade e funções. O Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança, Ação Popular, Mandado de Injunção, Ação Civil Pública, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Legislação trabalhista para os agentes públicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GOES, Guilherme Sandoval. Direito Constitucional. São Paulo: Processo, 2018. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185213. Acesso em: 26 de fev. de 2021. HACK, Erico. Direito Constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos. São Paulo: Intersaberes, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6004. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

MESSA, Ana Flávia. Direito Constitucional. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182492. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GOMES, Eduardo Biacchi. Controle de Constitucionalidade no Brasil: Tópicos sobre o Controle de Convencionalidade. São Paulo: Intersaberes, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185102. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

GLASSENNAPP, Ricardo (organizador). Introdução ao Direito. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22137/pdf/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

MELLO; Cleyson de Moraes; GÓES, Guilherme Sandoval. Controle de constitucionalidade. Freitas Bastos,2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41325. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 35. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). O pluriverso dos direitos humanos. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174953/ Acesso em: 19 fev. 2021.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A interdependência entre os conceitos de democracia, cidadania e direitos humanos. A compreensão histórica dos direitos humanos. A importância da democracia para a construção de uma sociedade inclusiva e para garantir os direitos humanos. O direito à equidade, os direitos fundamentais e o exercício de cidadania. Cidadania digital. Reconhecimento de novos sujeitos. Pluralismo, inclusão étnico-racial, diversidade e cidadania. Direitos humanos na ordem internacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BERTHOLDI, Juliana. Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185299/ Acesso em: 19 fev. 2021.

RODRIGUES, Janine A. Gestão Pública e Cidadania. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186047/ Acesso em: 19 fev. 2021.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). O pluriverso dos direitos humanos. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174953/ Acesso em: 19 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

AMÉRICO JÚNIOR, Elston; RADVANSKEI, IziquelAntônio. Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Curitiba:, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186412/ Acesso em: 19 fev. 2021. GONTIJO, André Pires et al. Proteção internacional dos direitos humanos. Rio de Janeiro:Processo, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185326Acesso em: 19 fev. 2021.

NOWAK, Bruna. Cooperação Internacional em Direitos Humanos. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185232 Acesso em: 19 fev. 2021.

MEDEIROS, AnaluceDanda Coelho. Política e cidadania: construção de uma nação democrática. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/124245 Acesso em: 19 fev. 2021.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2223/ Acesso em: 19 fev. 2021.

NOÇÕES DE CONTROLE E AUDITORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Expressões do termo controle, relações entre controle e violência simbólica, princípios, funções, classificação quanto a extensão e órgão, espécies e instrumentos de fiscalização. Controle interno: funções, ciclos, unidades seccionais, atribuições do controlador geral e dos agentes de controle. Controle externo: legislativo, executivo e social; os papeis do Ministério Público, Tribunais de Contas e Ministérios dos Tribunais de Contas, poder geral de cautela do Tribunal de Contas. Avaliação da gestão dos administradores públicos (prestação de contas). Tomada de contas especial. Noções de gestão de riscos. Limitações dos mecanismos de controle. Auditoria no Sistema de Controle: finalidade, classificações, formas de execução, procedimentos e técnicas. PAINT e RAINT. Auditoria Baseada em Risco (ABR). Auditoria de Compliance. Regras de conduta do auditor. Regras de execução da auditoria: evidência, amostragem e segurança nos controles administrativos. Regras de organização dos papéis de trabalho. Diferenças entre auditoria e perícia. Relatórios de auditoria, parágrafos de ênfase.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORBARI, Ely Célia; MACEDO, Joel de Jesus. Controle interno e externo na administração pública. Curitiba: Intersaberes: 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5914 Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, Cristiane Aparecida da. Auditoria contábil. Curitiba: Contestus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186464 Acesso em: 25 fev. 2021.

SOUZA, Hamilton Edson Lopes de. Metodologia de auditoria interna. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184838. Acesso em: 25 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRADE, Eurídice Mamede de. (org.). Planejamento, controle e informação: diálogos e reflexões para o desenvolvimento gestão pública e privada/organização.1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/124116. Acesso em: 25 fev. 2021.

ANJOS, Edenise Aparecida dos. Controladoria. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184709 Acesso em: 25 fev. 2021.

FURTADO, Lorena Lucena. Gestão de riscos. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186236 Acesso em: 25 fev. 2021.

MELO, Moisés Moura de; SANTOS, Ivan Ramos. Auditoria contábil. 2. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2017. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49252. Acesso em: 25 fev. 2021.
ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. Violência simbólica: o controle social na forma da lei. PortO Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49252 Acesso em: 25 fev. 2021.

PROJETO INTERDISCIPLINAR I

Noções de epistemologia e a relevância do conhecimento científico. Da teoria à prática: métodos e técnicas de pesquisa. Abordagem quantitativa e qualitativa. A incorporação interdisciplinaridade na pesquisa cientifica. Estrutura de um trabalho acadêmico: introdução, referencial teórico, metodologia, análise de resultados, discussões/conclusões. Bases de dados. Plataforma sucupira, classificação qualis. Apresentação das normas e padronização na elaboração de trabalhos acadêmicos. Normas da ABNT e outras normas utilizadas no âmbito acadêmico. Modalidades de textos acadêmicos: fichamento, resumo acadêmico, resenha crítica. Noções de apresentações em público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341. Acesso em: 1 de mar de 2021.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223. Acesso em: 1 de mar de 2021.
PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: conceito e distinções. Caxias do Sul: Educs, 2008. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2976. Acesso em: 1 de mar de 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARROS, Aidil Jesus da. Metodologia científica. 3. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/419. Acesso em: 1 de mar de 2021.
DEMO, Pedro. Metodologia da investigação em educação. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6251. Acesso em: 1 de mar de 2021.
MARTINS JÚNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149506. Acesso em: 1 de mar de 2021.

MIRANDA, Luiz Felipe. Introdução histórica à filosofia das ciências. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41650/. Acesso em: 1 de mar de 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394. Acesso em: 1 de mar de 2021.

SEGUNDO PERÍODO

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

História e trajetória recente do planejamento governamental. Planejamento participativo: momento explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional. Planejamento público: Fases (preparação política e execução técnica), 6 princípios, níveis (global, regional e setorial), elementos (planos, programas, ações, operações especiais e ações não orçamentárias). Planos: diretor, decenais e de governo. PPA e seus atributos: justificativa, objetivo, público-alvo, estratégia de implementação, horizonte temporal, valor e meta. Indicadores, monitoramento e avaliação do PPA. Princípios orçamentários. Vinculações: educação, saúde, DRU e DREM. Receita: classificações, tipos e renúncia (incluindo anistia e remissão). Regras de concessão e tipos de benefícios fiscais. Despesas: classificações, obrigatórias e discricionárias, fases (empenho, liquidação e pagamento). Restos a pagar processados e não processados e a LRF. Créditos adicionais: possibilidades legais de abertura e uso. LDO e PLP 135/1996. História do orçamento público e dos diversos modelos no Brasil. LOA: caráter autorizativo, CMO, discussão, votação, aprovação, vetos e acompanhamento posterior. Emendas de: comissões permanentes, mesas diretoras, bancada e individuais. Caráter impositivo de parte das ementas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CRUZ, June Alisson Westarb; CATAPAN, Anderson; BERNARDONI, Doralice Lopes. Planejamento e Orçamento na Administração Pública. 2 ed.Curitiba,Intersaberes 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6097 Acesso em: 05 de Mar. 2021.

DE TONI, Jackson. O planejamento estratégico governamental: reflexões, metodologias e implicações na gestão pública. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37392 Acesso em: 05 de Mar. 2021.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião Edilson Rodrigues. Lei de responsabilidade fiscal comentada. 5. ed. rev. atual. e aum. -. Leme: JH Mizuno, 2011.

BARBOSA, Milton de Almeida. Planejamento estratégico para gestão pública. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186767 Acesso em: 05 de Mar. 2021.

DAGNINO, Renato. Planejamento estratégico governamental. 3. ed. Rev. Atual. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES, UAB, 2014. 162 p.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/163029 Acesso em: 05 de Mar. 2021.

SANTOS, Rita de Cássia L.F. Plano plurianual e orçamento público. 3. ed. rev. ampl. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014. 189 p. ISBN 9788579882616

MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA APLICADAS À GESTÃO MUNICIPAL

Estrutura da taxa de juros. Capitalização de juros simples, composta e infinitesimal. Taxas de juros equivalentes. Juros reais, inflação e correção monetária Desconto financeiro/comercial simples e composto. Sistemas de amortização: Price e SAC. Taxa mínima de atratividade e custo médio ponderado de capital. VPL e TIR. Tipos de variáveis. Representação gráfica. Medidas de posição, separatrizes e de dispersão. Distribuição de Probabilidade. Introdução a técnicas de Amostragem. Estimativa por intervalo da média da população. Introdução à inferência estatística. Análise de correlação. Análise de regressão. Aplicações dos métodos quantitativos em contextos e dados públicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FERREIRA, P. V. Matemática financeira na prática. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186416/ Acesso em: 18 fev. 2021.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de Marketing: foco na decisão - 3ª ed. Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1989/ Acesso em: 22 de fev. 2021.

LEVIN, J.; FOX, J. A. Estatística para Ciências Humanas. 9. ed. Editora Prentice Hall, 2009. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/20/ Acesso em: 01 Mar. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BONAFINI, Fernanda César (org.). Estatística. 2 ed. – São Paulo: Pearson, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3052/ Acesso em: 18 fev. 2021.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Matemática financeira: com HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 465 p.

NEUFELD, John L. Estatística aplicada à administração usando Excel. São Paulo: Prentice Hall, 2002. xvii, 434p.

STEVENSON, William J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: HARBRA, 2001.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

Conceito de políticas públicas. Classificação. Atores sociais. Ciclo das políticas públicas. Formação de agendas e debate democrático. Emergência de novos conteúdos e premissas do processo de formulação, implementação e gestão. Políticas públicas integradas entre entes federados. Modelos de análise de políticas públicas. Monitoramento e avaliação. Governança democrática e integridade pública na execução de políticas públicas. Transparência pública e governo digital. Políticas transnacionais. Inovação na gestão pública. Objetivos globais de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HACK, Neiva. Política pública e gestão governamental. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186764. Acesso em: 19 fev. 2020.

RODRIGUES, Zita Ana L. Ética na gestão pública. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186029. Acesso em: 19 fev. 2021.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. 3. ed. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES: 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FREITAS, Daniel P. P. Proteção e governança de dados. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186853. Acesso em: 19 fev. 2021.

GOMES, Eduardo B. Integração Regional e Políticas Públicas Nacionais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185233
Acesso em: 19 fev. 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos. 4. ed. Campinas: Alínea, 2009.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. Inovação e boas práticas na gestão pública. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184455. Acesso

em: 19 de fevereiro de 2021.

MOURA, Patrícia Rosania de Sá. Gestão de políticas públicas municipais. Ibirité: Escola cidadã, 2019.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Noções de ética e moral em contextos históricos, sociedades, culturas e tempos diversos. Ética no contexto da democracia. Ética no interior das organizações e da administração pública. Códigos de condutas. Ética profissional. Relação entre ética e responsabilidade social. As responsabilidades individuais, coletivas e cidadãs. Responsabilidade social suas origens, concepções e abordagens. Responsabilidade Social e as Organizações da Sociedade Civil. Diferenças entre filantropia e responsabilidade social. Educação Ambiental. Sustentabilidade em mundo globalizado frente às questões socioeconômicas no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOFF, Leonardo. Ética e Moral: a busca dos fundamentos. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SERPEK, Paulo. Responsabilidade social e competência interpessoal. 2 ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5534. Acesso em: 22 de fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa. 2 ed. InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/42574. Acesso em: 22 fev. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era globalizada. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. Ética na gestão pública. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/39126. Acesso em: 05 mar. 2021.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 7 ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM ORGANIZACIONAL

Língua, linguagem e discurso. Língua, fala e enunciação. Funções da linguagem e variações linguísticas. Discurso, práticas discursivas e narrativas organizacionais. Storytelling. Diálogos, presenças, ausências e silêncios. Narrativas e discursos na construção de identidades

e subjetividades nas organizações. Comunicação e darkside das organizações. Designação, representação e teoria da rotulação. Discurso e seus métodos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DIJK, Teun A. Van. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1506. Acesso em: 01 Mar. 2021.

GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3103. . Acesso em: 01 Mar. 2021.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; MARCHIORI, Marlene. Comunicação, discurso, organizações. São Caetano do Sul: Difusão , 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177859. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges. Enunciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3473. Acesso em: 01 Mar. 2021.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. Análise de discurso crítica: para leitura de textos na contemporaneidade. Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22424. Acesso em: 01 Mar. 2021.

KUNSCH, Margarida Maria. A comunicação como fator de humanização das organizações. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177856. Acesso em: 01 Mar. 2021.

MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina. A (des) ordem do discurso. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1711. Acesso em: 01 de Mar. de 2021.

OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. Chomsky: a reinvenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/170121. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

PROJETO INTERDISCIPLINAR II

Investigação, análise e sistematização do conhecimento científico. Aproximação entre a teoria e a prática da gestão e promoção da interdisciplinaridade. Métodos de pesquisa em gestão. Pesquisa teórica e estudos empíricos. Levantamento bibliográfico e outras formas de elaboração de referencial teórico. Dados primários, pesquisa documental e aproximação com

dados secundários. Modalidades acadêmicas de comunicação e divulgação da pesquisa científica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARROS, Aidil Jesus da Silva. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/419. Acesso em: 01 Mar. 2021.

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/358. Acesso em: 01 Mar 2021.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114696. Acesso em: 01 de mar 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341. Acesso em: 1 Mar 2021.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223. Acesso em: 01 Mar. 2021.

MARTINS, Vanderlei; MELLO, Cleyson de Moraes. Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37837. Acesso em: 01 Mar. de 2021.

PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. Caxias do Sul: Educs, 2008. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2976. Acesso em: 01 Mar. 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394. Acesso em: 01 Mar. de 2021.

TERCEIRO PERÍODO

GESTÃO ECONÔMICA

O problema econômico fundamental: escassez. O sistema econômico: componentes e dinâmica. real: equilíbrio e condicionalidades teóricas; contraponto a realidade concreta.

Crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Estruturas de mercado. Teoria do consumidor: oferta, demanda, equilíbrio de mercado, elasticidades preço, renda e substituição. Noções de Contabilidade Social: mensuração da atividade econômica. Política econômica: Monetária, Cambial e Fiscal, Instrumentos, interação e efeitos sobre a demanda e o produto. Moeda: disciplina da emissão e circulação. Sistema financeiro nacional: estrutura, composição, Conselho Monetário e Banco Central. Processos de globalização e política internacional. Blocos econômicos, geopolítica e geoestratégica internacional, acordos internacionais, o papel do Itamaraty, embaixadas, demais organismos e representações internacionais. Indicadores socioeconômicos. Aspectos da economia brasileira. Impactos econômicos resultantes da gestão pública. Caráter social e sustentável das questões político-econômicas na tomada de decisão. Crises econômicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2001.

MOCHÓN Morcillo, Francisco. Princípios de economia. São Paulo. Pearson, 2007. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/15 Acesso em: 05 de Mar. 2021

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick. Manual de economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MENDES, Carlos Magno et al.Introdução a economia. 2. ed. Florianópolis: UFSC, Brasília: UAB, 2012.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações - 2 ed. São Paulo. Pearson, 2009. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/1090/epub>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OSULLIVAN, Arthur; Sheffrin, Steven M.; Nishijima, Marislei. Introdução à Economia: princípios e ferramentas. São Paulo. Pearson, 2004. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/410 Acesso em: 05 Mar. 2021.

STANLAKE, G. F. Introdução à economia. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 1993.

GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSO

Fundamentos de Gestão Estratégica e Gestão de Projetos. Gestão Estratégica: fundamentos e metodologias. Processo da administração estratégica (Análise do ambiente, diretriz organizacional, formulação, implementação e controle estratégico). Metodologia do PMBOK:grupos de processos, áreas de gerenciamento, processos de projeto e escritório de

projetos. Gestão de Programa e Projetos: processo de planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de estratégias, projetos e planos de ações governamentais e sociais. Projeto de políticas públicas (análise, elaboração, implementação e avaliação). Gestão de projetos sociais. Desafios da gestão de projetos

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARBOSA, Milton de A. Planejamento estratégico para gestão pública. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186767. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARVALHO, Fabio C. Araújo de. Gestão de projetos. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22259. Acesso em: 23fev. 2021.

VARGAS, Ricardo. Gerenciamento de projetos: Estabelecendo diferenciais competitivos. 8ª ed. Rio de Janeiro. Brasport, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/159975/epub/0. Acesso em: 24 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul; MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro; CESAR, Ana Maria Roux. Administração estratégica: Planejamento e implementação da estratégia. 3. ed. ed.São Paulo: Pearson, 2010. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1782>. Acesso em: 09 mar. 2021.

COSTA, Adriana B. da; PEREIRA, Fernanda da Silva. Fundamentos de gestão de projetos: da teoria à prática: como gerenciar projetos de sucesso. 1ª ed. Curitiba: InterSaberes, 2019 Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177750. Acesso em: 23 fev. 2021.

HACK, Neiva, S. Gestão de projetos sociais. Curitica: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185743. Acesso em: 23 fev. 2021.

TONI, Jackson de. O planejamento estratégico governamental: Reflexões metodológicas e implicações na gestão pública.Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37392/epub/0. Acesso em: 24 fev. 2021. VOSS, Ane. Assessoria, consultoria e avaliação de serviços, programas e projetos sociais. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177671. Acesso em: 23 fev. 2021

CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

A contabilidade pública no contexto da contabilidade internacional: Estrutura conceitual, NBCTSP, MCASP. Natureza da informação contábil: patrimonial, orçamentária e de controle. Conceito de Ativo, Passivo e Patrimônio. Imobilizado e Depreciação de bens

públicos. Notas explicativas as DCASP. Atos e fatos contábeis. PCASP. Quadros do Balanço patrimonial: principal; ativos e passivos financeiros e permanentes; superávit ou déficit financeiro; contas de compensação. Balancete de verificação. Demonstração das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Princípios de Caixa e Competência. Balanço Financeiro. Quadros do DFC pelo método direto: principal, receitas derivadas e originárias, transferências recebidas e concedidas, desembolso de pessoal e demais despesas por função e juros e encargos da dívida. Quadros do Balanço Orçamentário: principal, restos a pagar não processados e execução de restos a pagar processados. SICONFI.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

COELHO, Gabriel N. Contabilidade governamental. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185294 Acesso em: 26 fev. 2021.

- Contabilidade pública e gerencial. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186457 Acesso em: 25 fev. 2021.

VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro; LEMOS, Marcelo Jacomo. Contabilidade e orçamento governamental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187176 Acesso em: 25 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GUEDES, Alvaro Martim; SILVÉRIO, João Paulo. Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37405 Acesso em: 25 fev. 2021.

LUZ, Érico Eleutério da. Gestão contábil. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184482 Acesso em: 26 fev. 2021.

MOURA, Ivanildo Viana. Abordagens teóricas da contabilidade. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184232 Acesso em: 26 fev. 2021.

MULLER, Aderbal. Contabilidade introdutória. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182650 Acesso em: 25 fev. 2021.

SAPORITO, Antônio. Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129463 Acesso em: 26 fev. 2021.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Modelos de gestão de pessoas no trabalho. Compromisso social e ético: desafios para o gestor. Processos de gestão de Pessoas: Políticas de atração, seleção e contratação, concursos e processos seletivos, Capacitação, treinamento, educação e aprendizagem; avaliação e análise

de desempenho no campo de formação do aluno, remuneração e recompensas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DESSLER, Gary. Administração de Recursos humanos. 2. ed. São Paulo: Pearson Hall, 2003. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/470. Acesso em: 23 de fev. 2021.

PAIVA, Kely C. M. Gestão de recursos humanos: teorias e reflexões. Curitiba: Intersaberes, 2019. Dísponivel em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177821. Acesso em: 23 de fev. 2021.

ROMERO, Sonia M.T.; COSTA e SILVA, Selma F.; KOPS, Lucia M. Gestão de pessoas: conceitos e estratégias. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3831. Acesso em: 23 de fev. 2021

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CAPAVERDE, Caroline B.; OLIVEIRA, Livia P.; SCHEFFER, Angela B.B. Subjetividade e enfrentamento da morte: construindo gestão de pessoas na cotidianidade. REAd. Revista Eletrônica de Administração, v. 23, n. especial, p. 188-209. dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-2311.171.63740. Acesso em: 23 de fev. 2021.

CORTEZ, Pedro A.; ZERBINI, T.; VEIGA, Heila M.S. Práticas humanizadas de gestão de pessoas e organização do trabalho: para além do positivismo e do dataísmo. Trabalho, Educação e Saúde, v. 17, n. 03. Julho/2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746- sol00215. Acesso em: 23 de fev. 2021

PEQUENO, Álvaro. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3015. Acesso em: 23 de fev. 2021.

RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão. A escravidão digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora. Rev. Katálysis, v.23, n.3., p. 510-518. set/dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p510 . Acesso em: 28 de fev. 2021.

TEIXEIRA, Juliane M. B. Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147878. Acesso em: 23 de fev. 2021.

GESTÃO DE MARKETING

Fundamentos do marketing integrado. Marketing digital do 1.0 a 4.0 Ética em marketing. Marketing social. Marketing voltado para as causas sociais. Marketing governamental. Mix de marketing social. Marketing de relacionamento. Bases para a

elaboração de um plano de marketing. A sociedade do consumo: a construção de grupos identitários e a busca por inclusão e reconhecimento sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FERREIRA JUNIOR, Achiles; AZEVEDO, Ney Queiroz de. Marketing digital: uma análise do mercado 3.0. Curitiba: Intersaberes, 2015.Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30493 Acesso em: 05 Mar. 2021.

KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/309 Acesso em: 05 Mar. 2021.

. Princípios de marketing. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22443 Acesso em: 05 Mar. 2021

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MALHOTRA, Naresh K. Introdução à pesquisa de marketing. Tradutor Robert Brian Taylor. São Paulo: Prentice Hall, 2005. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/23 Acesso em: 05 Mar. 2021

OGDEN, James. Comunicação integrada de marketing: modelo prático para um plano criativo e inovador. São Paulo: Prentice Hall, 2002.Disponível na biblioteca virtual: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/463/ Acesso em: 05 Mar. 2021

PASTORE, Cristina Maria de Aguiar. Gestão de marcas. Curitiba: InterSaberes, 2018.

Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158945/ Acesso em: 05 Mar. 2021

RIBEIRO, Luciana (Org.). Marketing social e comportamento do consumidor. São Paulo: Pearson, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26520 Acesso em: 05 Mar. 2021.

SOUZA, Milena Costa de. Sociologia do consumo e indústria cultural. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114803 Acesso em: 05 Mar. 2021.

PROJETO INTERDISCIPLINAR III

Exercício de investigação, análise e sistematização do conhecimento científico de forma a promover a interdisciplinaridade. Aproximação sucessiva entre a teoria e a prática da gestão. A pesquisa nas ciências sociais aplicadas, na administração e nas organizações. Delineamentos metodológicos. Estudos de caso e análises de problemáticas da gestão no contexto brasileiro atual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3294.

Acesso em: 01 Mar de 2021.

FIGUEIREDO, Nébia Maria. Método e metodologia na pesquisa científica. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/159486/. Acesso em: 01 de mar de 2021.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114696. Acesso em: 01 de mar de 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARROS, Aidil Jesus da Silva. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/419. Acesso em: 01 de mar de 2021.

BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manualprático. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149417. Acesso em: 01 de mar de 2021.

DEMO, Pedro. Metodologia da investigação em educação. Curitiba: Intersaberes, 2013.

Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6251. Acesso em: 01 de mar de 2021.

LEVIN, Jack; FOX, James; FORDE, David. Estatística para ciências humanas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3280. Acesso em: 01 de mar de 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394. Acesso em: 01 de mar de 2021.

QUARTO PERÍODO

GESTÃO DE OPERAÇÕES

Administração de operações: Conceito, fundamentos, estratégias e gestão de Processos; Gestão da cadeia de suprimentos: Conceito, visão sistêmica de suprimentos, produção, distribuição; Logística empresarial: Fundamentos e conceitos, atividades primárias e secundárias, modais de transporte, previsão de demanda, gestão de estoques e armazenagem, logística reversa, nível de serviço ao cliente, embalagem; Sistemas de Controle de operação

organizacional: ERP e SIG; Gestão de compras e de fornecedores; Logística como fator de competitividade: desafios tendências e produção enxuta; Administração do patrimônio público: Conceitos, conteúdo, bens, função, modos de utilização, gestão dos recursos e inventário.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CHOPRA, Sunil., MEINDL, Peter. Gestão da Cadeia de Suprimentos: Estratégia, Planejamento e Operações. 6ª ed.São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36873/. Acesso em: 24 fev. 2021

LAURINDO, Alisson M. A logística na administração pública: Conceitos e métodos. Curitiba. interSaberes: 2014. https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/9036 . Acesso em: 24 fev. 2021

LÉLIS, Eliacy C. Administração de materiais. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35823. Acesso em: 24 fev. 2021

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. Administração: teorias e processo. São Paulo: Pearson2004. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/326/. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

CHOPRA, Sunil., MEINDL, Peter. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: estratégia, planejamento e operações. São Paulo: Pearson, 2003. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/472/. Acesso em: 24 fev. 2021.

KRAJEWSKI, Lee; RITZMAN, Larry; MALHOTRA, Manoj. Administração da Produção e Operações. 8ª ed. São Paulo: Pearson, 2009. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/683. Acesso em: 24 fev. 2021.

SELEME, Robson., Paula de A. Logística: armazenagem e materiais. Curitiba. Intersaberes: 2019.Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174240. Acesso em: 24 fev. 2021.

SUZANO, Márcio A. Administração da produção e operações com ênfase em logística. Rio de Janeiro. Interciência, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41982. Acesso em: 24 fev. 2021.

FINANÇAS PÚBLICAS

Evolução das funções do Estado na economia. Políticas macroeconômicas com foco na Política Fiscal. Teoria das Finanças Públicas e os Princípios Teóricos das Finanças Públicas; bens públicos e recursos comuns: poder de mercado, informação assimétrica, externalidades, impostos, imposto de Pigou, tarifas, subsídios. Preços públicos. Receitas públicas: royalties;

que são tributos (impostos, taxas e contribuições especiais e parafiscais); os principais tributos; reformas tributárias. Normas constitucionais de repartição de receitas, rendas transferidas, subsídios intergovernamentais e fundos de participação. Gasto público, limite com pessoal, precatórios e RPV. Finanças públicas no Brasil e a Lei de Responsabilidade Fiscal: equilíbrio fiscal e o teto de gastos da Emenda Constitucional 95/2016. Dívida pública (interna e externa) e alternativas de financiamento dos gastos públicos: títulos da dívida, garantias, contragarantias, limite do endividamento, controle da dívida na LRF e autonomia financeira dos entes federados. Federalismo Fiscal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 6. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2016.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto (Org.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CULPI, Ludmila Andrzejewski. Economia do setor público: uma análise crítica.Curitiba: ntersaberes, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/171277 Acesso em: 05 Mar. 2021.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, c2001.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANSON, João Rogério. Teoria das finanças públicas. 2. ed. Brasília: CAPES: UAB, 2012.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Funções administrativas. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo; a organização e independência político-administrativa entre os poderes. Os atos administrativos. Serviços, servidores públicos e mandato eletivo: cargo, emprego ou função; agentes públicos e políticos. Improbidade Administrativa. A responsabilidade civil do Estado. Processo Administrativo: espécies, objetivos, princípios e requisitos. Fases, extinção e recursos no processo administrativo. Processo administrativo disciplinar. Processo licitatório. Princípios, Definições, Compras, Alienações, Modalidades, Limites e Dispensa, Habilitação, Procedimento e Julgamento, Contratos, Alteração dos

Contratos, Convênios. Práticas em licitações, contratos e convênios. O ordenador de despesas. Sanções Administrativas. Processo e Procedimento Judicial, Recursos administrativos relacionados as compras públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HIGA, Alberto Shinki; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182335 Acesso em: 05 Mar. 2021.

SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo. São Paulo: Editora Educs, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26763 Acesso em: 05 Mar. 2021.

QUENEHEN, Rômulo. Direito Administrativo no Setor Público. São Paulo: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184696 Acesso em: 05 Mar. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 25. ed. São Paulo, São Paulo: Atlas, 2012.

GLASSENNAPP, Ricardo (organizador). Introdução ao Direito. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22137/pdf/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6161 Acesso em: 23 fev. 2021.

MARRARA, Thiago. Princípios do Processo Administrativo. Rev. Digital de Direito Administrativo, v. 7, n. 1, p. 85-116, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/166131. Acesso em: 09 mar. 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito Administrativo brasileiro. 33. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2007.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Comportamento humanos nas organizações. Relação pessoas e grupo, Clima e Cultura, comunicação; motivação; liderança; diversidade humana nas organizações. Interações sociais nas equipes e nas organizações de trabalho. Abordagens da Mudança organizacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MENEGON, Letiucia F.; MORENO, André (orgs.) Comportamento Organizacional – 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182644. Acesso em: 22 fev. 2021.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/316. Acesso em: 22 fev. 2021.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1986. Acesso em: 24fev. 2021.

REFERÊNCAS COMPLEMENTARES:

PASETTO, Salete V.; MESADRI, Fernando E. Comportamento organizacional: integrando

conceitos da administração e da Psciologia. Curitiba: Intersaberes, 2012. Dsiponivel em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5986. Acesso em: 22 fev. 2021.

SANTOS, Juliana N.; NEIVA, Elaine R.; ANDRADE-MELO Eleuni, A. Relação entre clima organizacional, percepção de mudança organizacional e satisfação do cliente. Brasília: Psicologia: Teoria e pesquisa, v. 29, n. 1, p. 31-39. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000100005. Acesso em: 22 fev. 2021

SANTOS, Larissa C.; VÁSQUEZ, Oscar C. A pesquisa de clima organizacional como instrumento de suporte à avaliação nas instituições de ensino superior.Sorocaba: Avaliação (Campinas), v.17, n.1, p. 43-63. Mar. 2012. Disponível em:http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000100003. Acesso em: 22 fev. 2021.

SOARES, Maria T.R.C (Org.). Liderança e Desenvolvimento de equipes. São Paulo: PerasonEducation do Brasil, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22161. Acesso em: 22 de fev. 2021

WALGER, Carolina; VIAPIANA, Larissa; BARBOZA, Mariana M. (Orgs.). Motivação e Satisfação no trabalho: em busca do Bem-estar de indivíduos e organizações. Curitiba: Interfaces, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22495.Acesso em: 22 fev. 2021.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Transformação contemporânea da sociedade com o uso das tecnologias de informação e comunicação. Inovação, tecnologia, desenvolvimento. Conceitos de dado, informação e conhecimento. Paradigmas tecno-econômicos. Sistemas de informação. Tipos de sistemas. Sistemas de apoio à tomada de decisão. As tecnologias. Gestão do conhecimento. Ciência, inovações tecnológicas e a sociedade. Indicadores de pesquisa e desenvolvimento em gestão.

Processos decisórios: rigor técnico na tomada de decisões em contextos diversificados e interdependentes.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução de Roneide V. Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LAUDON, KENNETH C.; LAUDON, JANE P. Sistemas de informação gerenciais, 11. ed. Pearson. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/22448. Acesso em: 22 fev. de 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães de. Sistemas de informação e comunicação no setor público. 2. ed. Brasília: CAPES: UAB, 2012.

ARAUJO, Marcelo Henrique de; REINHARD, Nicolau; CUNHA, Maria Alexandra. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. Revista de Administração Pública, v. 52, n. 4, p. 676-694, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/1982-3134-rap-52-04-676.pdf. Acesso em: 22 fev. de 2021.

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de (Org.). Gestão do conhecimento. São Paulo: Pearson, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3278. Acesso em: 22 fev. de 2021.

ELEUTÉRIO, M. A. M. Sistemas de informações gerenciais na atualidade. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/31402 Acesso em: 22 fev. de 2021.

KON, Anita. Inovação nos serviços públicos: condições da implementação do governo eletrônico. Planejamento e Políticas Públicas, n. 52, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/985/517 Acesso em: 22 fev. de 2021.

PROJETO INTERDISCIPLINAR IV

Exercício de investigação, análise e sistematização do conhecimento científico de forma a promover a interdisciplinaridade. Aproximação sucessiva entre a teoria e a prática da gestão. Aperfeiçoamento de saberes da prática científica e da concepção de ciência, de saber científico e da historicidade da ciência. Projetos científicos práticos e aplicados. Resultados e produtos da

pesquisa acadêmica. Ética na pesquisa científica. Estudos empíricos e estudo de caso e multicasos. Tripé universitário e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/358/. Acesso em: 01 de Mar de 2021.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223. Acesso em: 01 de Mar de 2021.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114696. Acesso em: 1 de mar de 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3294. Acesso em: 01 de Mar de 2021.

CAPUTO, João Carlos. Tópicos em epistemologia. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/176305. Acesso em: 1 de mar de 2021.

FIGUEIREDO, Nébia Maria. Método e metodologia na pesquisa científica. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/159486. Acesso em: 01 de Mar de 2021.

MARTINS, Vanderlei; MELLO, Cleyson de Moraes. Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37837. Acesso em: 01 de Mar de 2021.

MIRANDA, Luiz Felipe. Introdução histórica à filosofia das ciências. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41650. Acesso em: 01 de mar de 2021.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

LIBRAS

A natureza visual-espacial da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Conceitos referentes à área da Surdez. Abordagem das Filosofias Educacionais (Oralismo/ Comunicação Total/

Bilinguismo) referentes à educação de pessoas com deficiências auditivas. Parâmetros Linguísticos. Sinais temáticos contextualizados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (orgs.). Libras: aspectos fundamentais. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169745. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2658. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. 5. ed. São Paulo: Summus, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177963. Acesso em: 09 mar. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. Libras. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129456. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

DIAS, Rafael (org.). Língua brasileira de sinais: libras. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35534. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/115240. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

LUCHESI, Maria Regina. Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas. Campinas: Papirus, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3299. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185650. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

PLANO DIRETOR E TEMAS CONTEMPORÂNEOS

Ementa e referências variáveis que tratem de assuntos contemporâneos relacionados especificamente ao curso. Seu conteúdo é flexível e envolve mudanças na legislação, assuntos contemporâneos não previstos nas disciplinas obrigatórias do curso ou assuntos que foram debatidos a título introdutório ao longo da formação e que aqui serão aprofundados. A título ilustrativo, o aprofundamento sobre o plano diretor e/ou a gestão em setores específicos (saúde, educação, segurança e outros) são algumas das situações que cabem nessa disciplina, não se restringindo apenas a estes.

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Meio ambiente, sustentabilidade e intervenção humana: Relações entre homem e meio ambiente. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos, dilemas e desafios. Fundamentos históricos e atuais perspectivas teóricas da educação ambiental. Movimentos, discussões e pactos globais e seus resultados e metas. Aproximação com legislação, certificação e marcos regulatórios. Agenda XXI. Questões ambientais globais: países desenvolvidos e em desenvolvimento. Impactos ambientais resultantes da gestão pública. Políticas de educação ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa. 2 ed. InterSaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/42574. Acesso em: 22 fev. 2021

ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI Jr. A. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004.

SERPEK, Paulo. Responsabilidade social e competência interpessoal. 2 ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5534. Acesso em: 22 de fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALENCASTRO, M. S. C. ; ALVES, O. F. Governança, gestão responsável e ética nos negócios. 1. ed. Curitiba: Editora InterSaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52000 A Acesso em: 01 Mar. 2021.

BADR, Eid et al. Educação Ambiental, conceitos, histórico, concepções e comentários à lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99): Programa de Pós- Graduação em

Direito Ambiental da UEA: mestrado em Direito Ambiental / Org. Ed Badr. Vários autores – Manaus: Editora Valer, 2017. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/livrospub/download/2-1.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSULTORIA ORGANIZACIONAL

Consultoria organizacional: conceito, história, tipos, demandas e razões de contratação. Diferenciação entre assessoria e consultoria. Semelhanças e diferenças entre consultoria interna e externa. Consultoria interna: definição, objetivos e implantação. O perfil e atuação do consultor: qualificação, abrangência, relação com o contratante e a ética profissional. Diagnóstico organizacional: conceitos, características e propriedades.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CUNHA, Jeferson Luis Lima. Consultoria Organizacional. Curitiba: InterSaberes 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/9963/. Acesso em: 24 fev. 2021.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1986/. Acesso em: 23 fev. 2021

SOUZA, Ovanildo G. de. Consultoria empresarial. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35791. Acesso em: 23 fev. 2021

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CZAJKOWISK, Adriana. MULLER, Rodrigo. OLIVEIRA, Vanderleia S. de. Construindo relacionamentos no contexto organizacional. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177825. Acesso em: 24 fev. 2021

HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/394. Acesso em: 24 fev. 2021

MENEGON, Letícia F, MORENO, André. Comportamento organizacional. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182644. Acesso em: 23 fev. 2021
VOSS, Ane. Assessoria, consultoria e avaliação de serviços, programas e projetos sociais. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177671. Acesso em: 23 fev. 2021
ROBBINS, Stephen Paul. Fundamentos do comportamento organizacional. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2004. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/439. Acesso em: 23 fev. 2021

MUNICÍPIO E SOCIEDADE: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

História dos municípios no Brasil. Regionalidades e administração na Colônia, no Império e na contemporaneidade. Percursos históricos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARRARA, Ângelo Alves. O Sertão no Espaço Econômico da Mineração, LPH: Revista de História, nº6, X Encontro Regional de História da ANPUH / MG, 1996.
CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. Ouro Preto, Minas Gerais, Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira, UFOP,2000.
SOUSA, Jorge Prata de e ANDRADE, Rômulo Garcia de. (org.) Zona da mata mineira: escravos, família e liberdade. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARROS, José D'Assunção. Cidade e História. Petrópolis, R.J: Vozes, 2007
FREITAS, José Francisco Bernardino e MENDONÇA, Eneida Maria Souza. (org.) A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? Vitória: EDUFES, 2012.
MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

GESTÃO SOCIAL E REDES

Gestão social na perspectiva do desenvolvimento local e das redes sociais. Novas tecnologias sociais e as estratégias de gestão social: Autogestão, Cogestão, Gestão Participativa e Heterogestão. Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade Humana. Organização socioespacial dos territórios da cidade e os processos de construção das identidades. Participação coletiva na configuração e construção do território e na formação das redes sociais.

Inovações Sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DIAS, Maria Tereza F. Terceiro Setor e Estado: legitimidade e regulação: por um novo marco jurídico. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Redes de Mobilização civis no Brasil

Contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001.

SCHILLER, Maria Cristina Ortigão Sampaio. Inovação, Redes, Espaço e Desenvolvimento. Editora E-papers, 2008.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Administração pública, concessões e terceiro setor. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GESTÃO DE CONFLITOS

O Conflito. Estratégias e formas de resolução. Habilidades sociais e comportamentais para resolução de conflitos. Gestão de conflitos como instrumento de gestão e liderança de equipes. A importância da comunicação. Negociação: conceito, princípios e métodos. Conciliação, mediação e arbitragem: conceito, princípios, distinções e métodos. Gestão de Conflitos nas organizações. Gestão de conflitos na Administração Pública. Administração concertada ou consensual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e arbitragem. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184109. Acesso em: 23 fev. 2021.

GARBELINI, Viviane Maria Penteado. Negociação e conflitos. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37447. Acesso em: 23 fev. 2021.

SANTOS, Mayta Lobo dos. Resolução de conflitos: dialogando com a cultura da paz e o modelo multiportas. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184964 Acesso em: 23 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

KAMEL, Antoine Youssef. Mediação e arbitragem. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/147874/pdf/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

LUCHMANN, Júlio César. Neurociência aplicada à gestão de conflitos: negociação e mudanças. Curitiba: EditoraContentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185725/pdf/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

NERY, Maria da Penha. Grupos e intervenção de conflitos. São Paulo: Ágora, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49572/epub/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

SARTORI, Maria Betania Medeiros. Resolução de conflitos. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49572/epub/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

VASQUEZ, Enzo Fiorelli (organizador). Técnicas de negociação e comunicação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22119/pdf/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

MINORIAS SOCIAIS E DIVERSIDADES

Gênero e patriarcado. Noções das teorias e epistemologias feministas. Movimentos LGBTQI+, teoria queer, identidade de gênero e orientação sexual. Crianças, adolescentes, idosos e políticas públicas. Pessoas com deficiência e acessibilidade. Movimento negro e feminismo negro. Diversidade religiosa. Etnia, xenofobia, refugiados e expatriados. Debates sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Outras Diversidades.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

LARA, Glaucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41701. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2424. Acesso em: 01 de Mar. de 2021.

VASCONSELOS, Pedro de Almeida. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/4146. Acesso em: 1 de Mar. de 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

AMÉRICO JÚNIOR, Elston; RADVANSKEI, IziquelAntônio. Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186412/ Acesso em: 19 fev. 2021.

CARVALHO, Ana Paula Comin. Desigualdades de gênero, raça e etnia. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3241. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

CULPI, Ludmila Andrzejewski. Estudos migratórios. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184176. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

PERONDI, Mauricio. Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/180918. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

SALLES, Raquel Bellini; PASSOS, Aline Araújo; LAGE, Juliana Gomes. Direito, vulnerabilidade e pessoa com deficiência. Rio de Janeiro: Processo, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185310. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

DIREITO TRIBUTÁRIO

CF, CTN e subordinação entre as normas tributárias. Princípios tributários. Repartição de competências: bitributação e limitações ao Poder de tributar. Obrigação principal e acessória, fato gerador, base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo, passivo, contribuinte, responsável, solidariedade. Domicílio, Guerra Fiscal e CONFAZ. Lançamento do crédito, arrecadação, recolhimento, dívida ativa e CND. Garantias e privilégios (inclusive na falência e concordata). Prescrição e decadência. Suspensão e extinção. Fiscalização: abrangência e limite. Sigilo fiscal.

Elisão, evasão e medidas antielisivas. Ilícito, infração, crimes tributários, sanções compensatórias e punitivas. Processo Tributário Administrativo, arrolamento de bens, adjudicação e dação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MATTHES, Rafael. Manual de Direito Tributário. 2ª ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186391 Acesso em: 06 de Mar. 2021.

MESSA, Ana Flavia. Direito tributário e financeiro. 7. ed. São Paulo: Rideel, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182493 Acesso em: 06 de Mar. 2021.

HACK, Érico. Direito tributário brasileiro. 1° Ed. São Paulo: Intersaberes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30473 Acesso em: 06 de Mar. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GLASSENNAPP, Ricardo (organizador). Introdução ao Direito. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22137/pdf/0. Acesso em: 23 fev. 2021.

GLASENAPP, Ricardo. Direito tributário; 2ª ed. Pearson, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/150789. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6161 Acesso em: 23 fev. 2021.

HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. CTN Comentado Artigo por Artigo. 4. ed. - São Paulo: Rideel, 2019. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182488. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

LOLATTO, Daiane. Planejamento tributário. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186573 Acesso em: 26 fev. 2021.

GESTÃO DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO

Governo eletrônico: conceitos, evolução e objetivos. Sociedade da Informação: políticas públicas e governo eletrônico. Democracia e internet: inclusão, exclusão, cidadania digital. Mecanismos de participação e representação digital. Governança eletrônica. A prestação de serviços em rede: critérios de qualidade na gestão de dados, avaliação de plataformas digitais governamentais. Indicadores de e-gov, integração de bancos de dados e tomada de decisão. Lei geral de proteção de dados (LGPD).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GARCIA, Lara Rocha; AGUILLERA-FERNANDES, Edson.; GONÇALVES, Rafael Augusto Moreno; PEREIRA-BARRETO, Marcos Ribeiro. Lei Geral de Proteção de Dados (LGP D): guia de implantação. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183221. Acesso em: 22 fev. 2021.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC governo eletrônico 2019. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20200707094309/tic_governo_eletronico_2019_livro_eletronico.pdf . Acesso em: 22 fev. 2021.

VAZ, José Carlos. Transformações tecnológicas e perspectivas para a gestão democrática das políticas culturais. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 22, n. 71, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.12660/cgpc.v22n71.63284. Acesso em: 22 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DONDA, Daniel. Guia prático de implementação da LGPD: conheça estratégias e soluções para adequar sua empresa em conformidade com a Lei. São Paulo: Labrador, Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185745. Acesso em: 22 fev. 2021.

KON, Anita. Inovação nos serviços públicos: condições da implementação do governo eletrônico. Planejamento e Políticas Públicas, n. 52, 2019.

Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/985. Acesso em: 22 de fev. de 2021. MADEIRA, José Maria. Administração Pública. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Tomo 2. Disponível em: http://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37884.

Acesso em: 18 fev. 2021.

ARRA FILHO, H. C. P.; MARTINS R. A. P. Governança digital como vetor para uma nova geração de tecnologias de participação social no Brasil Liinc em Revista, v. 13, n. 1, p. 223 - 236, maio, 2017. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3895/3221. Acesso em: 22 de fev. de 2021.

PEREIRA, Sidinei Aparecido. Governança na Administração Pública: Estudo de caso sobre a Nota Fiscal Eletrônica–NF-e. Revista Razão Contábil & Finanças, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/37/121. Acesso em: 22 de fev. de 2021.

23. REFERÊNCIAS

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP n° 1, de 5 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais. Acesso em 08 de março de 2021.

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos superiores de Tecnologia de 2016 do Ministério da Educação.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em 08 de março de 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na**

Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 08 de março de 2021.

BRASIL**. PORTARIA MEC Nº 2.117, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.** Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019- 232670913. acesso em 08 de março de 2021.

CASTRO; Sabrina Fernandes de, ALMEIDA, Maria Amelia. **Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras**. Rev. Bras. Ed. Esp.,Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, Abr.-Jun., 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n2/03.pdf, acesso em 15 de junho de 2020.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **LEI ORDINÁRIA Nº 15259, DE 27 DE JULHO DE 2004, que institui sistema de reserva de vagas na universidade do estado de minas gerais - UEMG - e na universidade estadual de montes claros - UNIMONTES - para os grupos de candidatos que menciona.** Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15259&comp=&ano=2004&aba=js_textoAtualizado, acesso em 08 de março de 2021.

LEFEBVRE , Henri. **Du Rural à l'urbain**. Paris, Anthropos, 1970.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ações afirmativas**. Disponível em: http://extensao.uemg.br/acoesafirmativas/?page_id=262, acesso em 15 de junho de 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Edital ProEx/ProEn nº 03/2019 que dispõe sobre a Política de Acesso e Permanência de Pessoas com Deficiência Visual na Universidade.** Disponível em: http://uemg.br/component/phocadownload/category/103-permanencia-de-pessoas-com-deficiencia-visual-03-2019, , acesso em 15 de junho de 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional 2015/2024, 2014**. Disponível em: http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PDI_final_site.pdf, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS**. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 132/2013, que regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula.** Disponível em:http://www.uemg.br/arquivos/2013/pdf/Rcoepe132-13.pdf, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 223/2017, que regulamenta a criação, organização e funcionamento de Empresa Júnior na UEMG.** Disponível em: http://intranet.uemg.br/resolucoes/arquivos/2017/pdf/Rcoepe223-2017.pdf, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 374/2017, DE 26 DE OUTUBRO 2017, que estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais.** Disponível em:http://www.uemg.br/resolucoes-conun/1776-resolucao-conun-uemg-n-374-2017-de-26-de-outubro-2017-estabelece-o-regimento-geral-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 249, DE 06 DE ABRIL DE 2020, que regulamenta a compensação de faltas e a avaliação de rendimento acadêmico no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e dá outras providências**. Disponível em: https://www.uemg.br/resolucoes- coepe/4134-resolucao-coepe-uemg-n-249-de-06-de-abril-de-2020-regulamenta-a- compensacao-de-faltas-e-a-avaliacao-de-rendimento-academico-no-ambito-da-universidade- do-estado-de-minas-gerais-uemg-e-da-outras-providencias, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 250, DE 06 DE ABRIL DE 2020, que dispõe sobre o aproveitamento de estudos, adaptações curriculares, exame de proficiência e abreviação do tempo de conclusão no âmbito dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4135-resolucao-coepe-uemg-n-250-de-06-de-abril-de-2020-dispoe-sobre-o-aproveitamento-de-estudos-adaptacoes-curriculares-exame-de-proficiencia-e-abreviacao-do-tempo-de-conclusao-no-ambito-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 273, DE 21 DE julho DE 2020, que regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação, estabelece normas complementares para a criação de Departamentos Acadêmicos na Universidade do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: http://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4552-resolucao-coepe-uemg-n-273-de-21-de- julho-de-2020, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 284, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020, que regulamenta a composição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes –NDEs no âmbito de cada curso de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.** Disponível em:http://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5352-resolucao-coepe-uemg-n-284-de-11-de-dezembro-de-2020-regulamenta-a-composicao-e-o-funcionamento-dos-nucleos-docentes-estruturantes-ndes-no-ambito-de-cada-curso-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg, acesso em 08 de março de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. **RESOLUÇÃO UEMG/COEPE Nº 287 DE 04 DE MARÇO DE 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: http://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5822-resolucao-uemg-coepe-n-287-de-04-de-marco-de-2021-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-de-atividades-de-extensao-como-componente-curricular-obrigatorio-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais, acesso em 08 de março de 2021.

PROCÓPIO, Elizabete Ramalho. **Tecnologias e formação de Docentees: implicações da Educação a Distância.** Curitiba: Appris, 2017.

SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves. **Tecnologia e gestão pública municipal mensuração da interação com a sociedade**

SANT'ANA, RCG. **Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade [online].** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 178 p. ISBN 978-85-7983-010-5. Available from SciELO Books http://books.scielo.org, acesso em 27 de outubro de 2023.

ANEXO ÚNICO - Regulamento de atividades de extensão dos cursos superiores presenciais da UEMG/Leopoldina

1. As atividades de extensão são iniciativas de autonomia dos discentes, concomitantes às demais atividades acadêmicas, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso e validadas semestralmente. Essas atividades têm por objetivo ampliar e diversificar o processo formativo, incentivando a participação do discente em atividades que possibilitem novas experiências sociais, culturais e profissionais, além de atividades que valorizem e incentivem o tripé universitário e a indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa.
2. Considerada parte integrante do currículo as atividades de extensão são de realização obrigatória para a graduação do discente e deverão ser realizadas extraclasse. A carga horária para os cursos tecnólogos é de no mínimo 165 horas/relógio de atividades de extensão validadas mediante apresentação de certificados ou atestados comprobatórios da participação do aluno, contendo identificação do aluno e data de conclusão e, quando pertinente, número de horas e descrição das atividades desenvolvidas. Os certificados ou atestados comprobatórios originais devem ser apresentados na Secretaria Acadêmica com as respectivas cópias que ficarão como registro.
3. As Atividades de Extensão serão consideradas integralizadas quando o discente atingir o total de 165 horas/relógio, conforme os dispositivos contidos neste regulamento.Somente o aluno que cumprir tais horas no decorrer da graduação estará apto a concluir o curso e colar grau, mesmo que tenha obtido aprovação em todos os demais créditos regulares de sua estrutura curricular.
4. Antes do final de cada semestre letivo o discente deve apresentar documentos comprovatórios para cômputo de carga horária semestral que serão validadas pela Coordenação de Extensão e posteriormente pela Coordenação de Colegiado, nos termos deste regulamento.

5. Serão consideradas, para fins de cômputo de carga horária, as seguintes atividades, conforme tabela abaixo e serão observados, a critério do coordenador de extensão, os limites da tabela abaixo:

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	APROVEITAMENTO MÁXIMO DE HORAS POR ATIVIDADE/SEMESTRE
Participação como bolsista e/ou voluntário em programas e projetos de extensão devidamente institucionalizados pela IES e previamente aprovados pela Coordenação de Extensão ou órgão equivalente da IES.	Até 20 horas por semestre
Participação como ministrante/apresentador em eventos de extensão (congresso, seminário, workshops, mesa redonda, ciclo de debates, semanas acadêmicas e/ou similares)	Até 15 horas por semestre
Organização de cursos e/ou oficinas de extensão mediante acompanhamento, validação e declaração de docente do ensino superior.	Até 15 horas por semestre
Organização de eventos de caráter extensionista (congresso, seminário, workshops, mesa redonda, ciclo de debates, semanas acadêmicas e/ou similares)	Até 20 horas por semestre
Publicação de cartilha, produto audiovisual, produto artístico ou similar mediante acompanhamento e declaração por escrito de docente do ensino superior que seja resultado de um projeto ou programa de extensão.	Até 30 horas por publicação
Prestação de serviço ligados à Universidade e que tenha interface com a comunidade externa à Universidade, mediante orientação, validação e declaração de um docente de IES, como prestação de serviço em: espaços de cultura, ciência e tecnologia; consultoria, assessoria, empresa júnior; atividade de propriedade intelectual e de inovação; e cursos e oficinas temáticas	Até 50 horas por semestre
Participação como ouvinte em eventos acadêmicos, científicos e culturais	Até 10 horas por semestre
Outras atividades extensionistas não contempladas	Até 10 horas por semestre

Todas as opções listadas na tabela só serão validadas como atividades de extensão se cumulativamente forem ofertadas por Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC e, obrigatoriamente, que sejam iniciativas abertas à comunidade externa.

6. Para a validação das atividades extensionistas, somente, serão considerados para fins de comprovação documento comprovatório da atividade desenvolvida (certificado, declaração, cópia da publicação ou contrato).

7. Não é possível realizar o aproveitamento ou dispensa de atividades extensionistas realizadas em período anterior ao ingresso no curso, exceto em casos de transferência, em que poderá ter aproveitamento com base no percentual definido em normativo próprio da IES.

8. A secretaria acadêmica é a responsável por receber os documentos comprobatórios e protocolar os pedidos de análise que serão encaminhados à coordenação de extensão. A coordenação de extensão é responsável por analisar a documentação e deliberar a carga horária cumprida pelo Discente, enquanto a coordenação de ensino é

responsável pelo aval final, lançando no diário do aluno a carga horária realizada e remetendo para arquivo na secretaria acadêmica.

9. O aluno é responsável pelo cumprimento de prazos, pela busca de atividades de extensão

a integralizar e veracidade das informações. Declarações e documentos falsos ou inexatos, disponibilizados para fins de comprovação de atividades de extensão implicarão no cancelamento da validação das horas e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sendo assegurado ao aluno ou egresso o direito de recurso.

10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.